



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC
FACULDADE DE HISTÓRIA

MOZART MARTINS DE ARAÚJO JUNIOR

INỸ
HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL
ÍNDIOS KARAJÁ DE BURIDINA

GOIÂNIA, GOIÁS

2012

MOZART MARTINS DE ARAÚJO JUNIOR

INỸ
HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL
ÍNDIOS KARAJÁ DE BURIDINA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, como exigência para obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Jorge.

GOIÂNIA, GOIÁS

2012

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

A663i Araújo Júnior, Mozart Martins de.
Inỹ - história e identidade cultural [manuscrito] : índios
karajá de Buridina / Mozart Martins de Araújo Júnior –
Goiânia, 2012.
93 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
História.
“Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Jorge”.
Bibliografia.

1. Índios Karajá. 2. Historiografia. 3. Etnoarqueologia. 4.
Direito. 5. Leigos (Religião). I. Título.

CDU 397(=82)(043)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
14 (QUATORZE) DE DEZEMBRO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE) E
APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA.

1) Dr. Luiz Eduardo Jorge / (Presidente) PUC Goiás



2) Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi / (Membro) PUC Goiás



3) Dr. Manuel Ferreira Lima Filho / (Membro) UFG

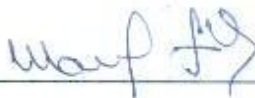




Figura 1 – Cacique Raul – Aldeia Buridina/Aruanã – Go.
Fonte: Mozart Junior – junho de 2011.

Dedico esta obra aos Karajá de Buridina e a todas as etnias que foram dizimadas nesses efêmeros 500 anos, como também todos aquelas que corajosamente continuam na luta da sobrevivência diante das mãos fortes do sistema.

E a Michele, com amor.

Este trabalho é um agradecimento à:

- Deus, por não ter me deixado desanimar no meio do caminho, apesar de “pequenas pedras” com que me deparei nesse percurso;
- minha família, pelo incontestável apoio e ajuda durante todo desenrolar do curso de mestrado em História pela PUC-GO e, em especial, a minha esposa Michele e aos meus filhos Matheus e Maísa, porque sem a paciência e a colaboração prestimosa, eu não teria chegado até aqui;
- meus constantes conselheiros, amigos e parceiros, responsáveis pela minha vida por aqui: meus pais Mozart e Mércia;
- ao meu irmão Alexandre e ao amigo Ricardo, pois sempre me apoiaram e tiveram tempo para me ouvir;
- todos os professores do Departamento de História e também, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Eduardo Jorge, pela sua competência e dedicação.
- Aos grandes Professores(a) Dr. Manoel Lima Filho, Dr. Leandro Mendes Rocha e Dra. Maria do Socorro Pimentel, por todo o maravilhoso e dedicado legado de incansáveis pesquisas sob os povos karajá e que sem estes últimos, esse trabalho não teria sido desenvolvido.

Muito obrigado!



Figura 2 – A pescaria

Fonte: Missão Novas Tribos do Brasil - outubro de 2010

“Mortos ainda vivos:
 Navegar é burlar a linha reta...
 Canoas javaés, ganhai os furos!
 Deuses um dia dessas largas águas
 Sacerdotes da lua nas areias.
Juntai todos os remos Festeiros Karajá
 Com outros braços,
 Subversivos,
 Uníssonos,
 No ritmo,
 Na procura
 E na impossível necessária arribada!
 (Pedro Casadáliga; Pedro Tierra, 2000, p.95)

RESUMO

Por que os Karajá sobreviveram diante do processo de ocupação da sociedade nacional em seu território tradicional? A resposta é simples, pois, existe algo no processo de resistência dos Karajá mantido na sua histórica memória revelada na unidade da identidade cultural tradicional: Os INY, que em português pode ser traduzido na palavra NÓS. Tradicionalmente, os Karajá se autodenominam INY, que no dialeto tradicional quer dizer a sociedade mantida na pluralidade do referido nome. Esta é a subjetividade, que na identidade cultural manteve a coesão, a unidade e a sobrevivência desta etnia centenária, habitantes das matas do Rio Araguaia. Assim, este trabalho tem o objetivo de retomar e discutir a memória e a identidade cultural da etnia Karajá de Aruanã Goiás, com a pretensão de abordar, historicamente, a trajetória desta nação, a partir do recuo no passado remoto até a atualidade, a rigor, para a realização da pesquisa, procurei, no universo das referências teóricas disponíveis, a literatura histórica e antropológica os autores que estudaram as etnias do tronco linguístico macro-jê, onde se encontram classificados os Karajá e seus subgrupos. Assim, no escopo de análise da dissertação, elege-se historiadores que, de fato, estudaram os Karajá: Zoroastro (1941), Ataídes (1970), Melatti (1970), Socorro (2001), Amaral (1992), Barbosa (2002), Silva; Rocha (2006), Funare *et. al.* (2007), Silva (2009) *et.al.* Ressalta-se que, os Karajá de Buridina viram, aos poucos, seus territórios tradicionais serem minados, ao ponto de, até muito recentemente, terem sido confinados a um pequeno conjunto de casas à beira de um barranco que está sendo aos poucos erodido pela ação do tempo e do rio Araguaia. Os Karajá, ao longo dos dois últimos séculos, tentam preservar a sua cultura com base na luta de sobrevivência, na resistência cultural, face à violência das diversas e diferentes formas que se viram confrontados com a presença do colonizador na ocupação de seu território milenar e, que no decurso de sua história foram atropelados pelas ações do processo de povoamento do colonizador no Brasil e a inevitável ocupação de seus territórios tradicionais, reduzindo-os a três áreas fragmentadas e pressionadas pela pecuária, agricultura e, mais recentemente, pelo turismo. É em decorrência desse processo histórico, que os Karajá procuram se organizar a partir da estratégia na defesa de seu território milenar, que corre riscos inevitáveis de por conta da ocupação acelerada do bioma do cerrado. Neste desaparecer de cenário, os Karajá tentam preservar a fauna e a flora, que também são patrimônios naturais que podem desaparecer. É neste contexto de degradação do território indígena promovido pela presença do colonizador, que as comunidades indígenas procuram manter a sua integridade física e cultural, desvanecendo-se à sombra dos desmatamentos e de outras formas de degradação ambiental que assolam o município da cidade de Aruanã. Mergulhados, por um lado, na tradição que marca o Rio Araguaia como o eixo central de sua cosmologia e, por outro, no *ethos* urbano de um município que atende as demandas do capitalismo global, aos Karajá cabe o enfrentamento dos inúmeros desafios a sua sobrevivência física e cultural. O povoamento do Brasil e, conseqüentemente de Goiás, ao longo dos séculos associou a referida ocupação do território com o desenvolvimento de uma economia voltada exclusivamente para a metrópole, dando início a um processo expansionista que desencadeou a redução, fragmentação e perda dos territórios tradicionais, comprometendo, violentamente, a identidade INY mantida até o presente.

Palavras - Chave: INY. Etnia Karajá. Historiografia. Etnoarqueologia. Identidade Cultural.

ABSTRACT

Why Karaja survived before the occupation process of the national society in its traditional territory? The answer is simple, because there is something in the process of resistance Karajá kept in its historical memory revealed in the unity of traditional cultural identity: The INY, which can be translated into Portuguese the word WE. Traditionally, Karajá call themselves INY, which means the traditional dialect society held in plurality of said name. This is the subjectivity that the cultural identity maintained cohesion, unity and survival of this ancient race, inhabitants of the forests of the Rio Araguaia. This study aims to revisit and discuss the memory and cultural identity of Indians in Karajá Aruanã Goiás, with the intention of addressing, historically, the trajectory of this indigenous nation, from the retreat in the remote past to the present. Strictly speaking, for the research, looked at the universe of theoretical references available, the historical and anthropological literature authors who studied the ethnic linguistic branch of macro-Ge, where they are ranked the Karajá and its subgroups. Thus, the scope of analysis of the dissertation, elect to historians who actually studied the Karajá: Zoroaster (1941), Ataídes (1970), Metatti (1970), Prous (1997), Davis (1997), Socorro (2001), Amaral (1992), Barbosa (2002), Silva; Rocha (2006), et Funare. al. (2007), Silva (2009) et.al. It is noteworthy that the Karajá Burdina seen gradually being undermined their traditional territories, to the point where, until recently, been confined to a small group of houses on the edge of a ravine that is slowly being eroded by the action time and Araguaia River. The Karajá over the last two centuries, trying to preserve their culture based on the struggle for the survival of their ethnic groups supported the cultural resistance against the violence and the various forms that were faced with the presence of the colonizer in the occupation of their ancient territory and, in the course of its history were submerged by the actions of the process of settlement of the colonizer in Brazil and the inevitable occupation of their traditional lands, reducing them to three fragmented areas and pressure from livestock, agriculture, and more recently by tourism. It is due to this historical process, the Karajá seek to organize from the strategy in defending its territory millennial who is at risk of unavoidable due to the rapid occupation of cerrado biome. In this scenario disappear, that Karajá millennially preserve the flora and fauna, which are also natural heritage that is at risk of disappearing. It is in this context of degradation of indigenous territory promoted by the presence of the colonizer, that indigenous communities seek to maintain their physical and cultural integrity, fading in the shadow of deforestation and other forms of environmental degradation plaguing the city municipality Arowana. Dipped one hand, the tradition that mark the Rio Araguaia as the linchpin of their cosmology and, secondly, the urban ethos of a municipality that meets the demands of global capitalism, it Karajá to face the numerous challenges to their survival physical and cultural. The population of Brazil, and consequently of Goiás, for centuries associated with that occupation of the territory with the development of an economy geared exclusively to the metropolis, giving birth to an expansion process that triggered the reduction, fragmentation and loss of traditional territories, committing violently identity INY maintained to the present.

Key-Words: INY. Karaja Etnia. Historiography. Anthropology. Cultural Identity.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	– Associação Brasileira de Antropologia
DISEI	– Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia
FUNAI	– Fundação Nacional do Índio
FUNASA	– Fundação Nacional de Saúde
CIMI	– Conselho Indigenista Missionário
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	– Instituto Sócio Ambiental
IPLAN	– Instituto de Planejamento de Gestão Governamental
SIEG/AGM	– Sistema de Projeção Geográfica
INỸ MAHADU	– NÓS, Humanos

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	– Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás.....	34
Mapa 2	– Bandeira de Belchior Carneiro.....	37
Mapa 3	– Caminhos percorridos pelas bandeiras paulistas.....	38
Mapa 4	– Província de Goiás	42
Mapa 5	– Mapa dos rios Araguaia e Tocantins.....	52
Mapa 6	– A Localização das Terras Karajá de Aruanã I, II e III – GO/MT	61
Mapa 7	– Localização das Aldeias Karajá e Javaé	62
Mapa 8	– Territórios Indígenas da CLIFPI na “região” Araguaia – Tocantins.	63
Mapa 9	– Mapa de cobertura do solo em Aruanã – GO	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Cacique Raul – Aldeia Buridina/Aruanã – Go	04
Figura 2	– A pescaria	06
Figura 3	– Guerreiro Karajá	20
Figura 4	– Menina Karajá no rio Araguaia	31
Figura 5	– Nota de Um Mil Cruzeiros	47
Figura 6	– Meninos banhando no rio Negro	47
Figura 7	– Portaria da entrada da Aldeia (Loja de artesanatos)	50
Figura 8	– Vista aérea da cidade de Aruanã.....	53
Figura 9	– Iraburè-my ijyy	56
Figura 10	– Hariri-my yjyy	66
Figura 11	– Debò ijasò ijyy	70
Figura 12	– Ijareheni-my ljyy	75
Figura 13	– O Peixe Aruanã.....	76
Figura 14	– Rituais Karajá	78
Figura 15	– Índia sendo preparada para ritual.....	79
Figura 16	– Índia Karajá – Ritual de iniciação	80
Figura 17	– Iniciação Masculina – Hetohoky	81
Figura 18	– Cacique Karajá Watau - Aldeia de Santa Isabel do Morro.....	82
Figura 19	– Nascimento de uma Criança	83
Figura 20	– Ceramista Karajá	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Karajá.....	60
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – OS PRIMEIROS HABITANTES	21
1.1 Vestígios dos mais Antigos Habitantes	22
1.2 Os hominídeos no Brasil	22
1.3 Arqueologia e a História Indígena	24
1.4 História e Ideologia.....	25
1.5 As Bases Legais	28
CAPÍTULO II - TERRA INDÍGENA	31
2.1 Primeiros Traços do Colonizador em Goiás	32
2.2 A Chegada do Colonizador Bandeirante em Território Goiano.....	35
2.3 Caminhos Percorridos pelas Bandeiras Paulistas	37
2.4 Ocupação Não Índia do Centro-Oeste Brasileiro	41
2.5 A Situação dos Povos Genuinamente Brasileiros	45
2.6 Os Karajá e a Cultura Urbana.....	49
CAPÍTULO III - POVOS KARAJÁ DE BURIDINA.....	54
3.1 Karajá.....	54
3.1.1 Os Mitos	55
3.1.2 Estudos sobre os Karajá.....	57
3.1.3 População	59
3.1.4 Buridina	59
3.1.5 Demografia	59
3.1.6 Localização Geográfica	61
CAPÍTULO IV - FESTIVIDADES, MITOS E RITUAIS KARAJÁ	66
4.1 Um olhar segundo a Mitologia	67
4.2 Religiosidade Mítica Karajá	68
4.3 História dos Karajá do Fundo.....	70
4.4 Mito Karajá.....	75
4.5 Rituais.....	78
4.6 Festividades, mitos e rituais. Identidade e sobrevivência da cultura Karajá	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

“Causa espanto a sociedade de consumo transformar em moeda a nostalgia dos dinossauros extintos, há 65 milhões de anos da face da terra, por causa da colisão de um asteróide em nosso planeta. Temo que, no futuro, a nostalgia recaia sobre os índios, hoje em fase de progressivo extermínio por força do choque da nossa cultura de egoísmo e acumulação”. (BETTO *in* CASALDÁLIGA, 2000, p. 12).

Esta pesquisa bibliográfica discute sobre a etnia Karajá de Buridina e tem a pretensão de contar a sua história desde os primórdios aos dias atuais.

A história do estado de Goiás imbrica com a história do rio Araguaia e dos Karajá de Buridina. Essa preocupação com a vida do rio está registrada na fala de Samuel Karajá, cacique da aldeia São Domingos-MT, por ocasião do 5º Simpósio Ambientalista Brasileiro do Cerrado, em novembro de 1999:

A nossa história sempre foi ali da região do Rio Araguaia... Karajá não sabe viver sem o rio. Eles sempre viveram ali... sempre ocorreu ali a história do rio Berohoky... essa a denominação que Karajá dá aquele rio. Então essa é a preocupação que a gente tem a respeito do Rio Araguaia, quando há um projeto sem nenhuma preocupação com o meio ambiente, com as populações que ali vivem há milhares de anos, né?... As nossas festas, como por exemplo, Aruanã, a gente traz do rio. A representação do Aruanã vem do rio. Tudo isso é importante para a sobrevivência da cultura Karajá.

As etnias hoje, em território brasileiro, com poucas exceções, têm se empenhado cada dia mais em conhecer a cultura dos povos não índios, que tem se mostrado até então, perigosa, porém fascinante para todo nativo. E os meios de que têm se utilizado para tal são diversos: educação escolar, formação superior, religião, trabalho, seja por trabalho pessoal, benefícios sociais, parcerias ou projetos dentre outros.

As periferias das cidades têm registrado cada vez mais, a presença desses habitantes vivendo em situação de pobreza em total abandono das suas tradições e raízes.

Os Karajá de Buridina viram seus territórios tradicionais aos poucos serem reduzidos ao ponto de, até muito recentemente, terem sido confinados a um pequeno conjunto de casas à beira de um barranco que está sendo aos poucos erodido pela ação do rio Araguaia.

A efeméride dos “500 anos¹” teve muitos aspectos positivos e louváveis, como o de trazer para a ordem do dia considerações importantes sobre a história do Brasil. Para educadores, pesquisadores e profissionais da área, toda essa ebulição deságua na imperiosa necessidade de revisar o que tem estudado e ensinado sobre esta história.

Estima-se que quando a esquadra portuguesa aqui chegou a população era de seis milhões de nativos que contrastava com um milhão de habitantes de Portugal. Viviam aqui reunidos em centenas de grupos étnicos com culturas e línguas diferentes. Só o povo Tupinambá, que habitava o litoral, possuía este mesmo número de pessoas, espalhadas da foz do Amazonas à Lagoa dos Patos.

Assim, foi com esse povo que os “visitantes” portugueses tiveram o primeiro encontro. Povo esse, donos legítimos de tudo que existia por aqui. Os primeiros contatos dos povos indígenas com os conquistadores europeus teriam sido pacíficos, marcados por trocas de presentes e, certamente, pelo desconhecimento e pela desconfiança mútua. Pouco tempo depois os portugueses já dominavam algumas tribos e declararam guerra contra outras.

Todavia, quando os conquistadores chegaram às terras brasileiras, estes não encontraram apenas uma natureza rica, privilegiada e exuberante, uma espécie de paraíso, mas os seus habitantes tinham sua vida social, religião, mitos e ritos constituídos com bases sólidas e tradicionalmente seguras.

Além do referencial teórico espera-se, em termos práticos que haja efetiva contribuição para todos aqueles interessados nesta temática.

Esta pesquisa tem como objetivo geral chamar a atenção da sociedade atual, para a existência e os problemas que as etnias em Goiás, especificamente os karajá têm enfrentado e como e onde eles vivem. E tem com objetivos específicos:

- 1- Chamar atenção para os problemas enfrentados pelos indígenas brasileiros e especialmente os Karajá de Buridina no Estado de Goiás,
- 2- Entender melhor como se deu as relações de transmissão da tradição Karajá de Buridina em Aruanã, ao longo dos anos a partir do contato com o colonizador,
- 3- Investigar como as relações com a cultura das comunidades urbanas, influenciou no cotidiano, bem como a realidade socioeconômica dos Karajá.

¹ SANTOS, (2002) fala sobre os cinco séculos do Brasil.....

A importância social do tema encontra-se nas grandes transformações políticas, econômicas e sociais da história de Goiás, que têm sido registradas pelos pesquisadores e historiadores goianos, porém, ainda falta muito para ser informado e visualizado, especialmente a respeito das comunidades indígenas, que é o cerne desta pesquisa.

A investigação desta pesquisa pautou-se por uma postura crítica argumentativa, e desenvolveu-se a partir de procedimentos típicos de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com livros, revistas científicas, periódicos, artigos e livros sobre a temática proposta.

É uma pesquisa qualitativa embasada em Silva op. cit., Menezes (2001), que consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Sendo assim, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas na pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seus significados são os focos principais de abordagem (SILVA op. cit., MENEZES, 2001, p. 20).

Segundo Lakatos (2009) a pesquisa bibliográfica é uma metodologia do pensamento reflexível e requer um tratamento científico cuidadoso, e se constitui também num caminho capaz de descobrir verdades parciais. Continua a autora: a metodologia bibliográfica significa muito mais do que uma simples investigação para descobrir verdades a respeito de um eixo pesquisado. Ela vai além e é capaz de surpreender o pesquisador, ou seja, é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite a descoberta de novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento (ANDER - EGG, 1978, apud. LAKATOS, 2009).

A região ao longo do rio Araguaia é uma pastagem natural, e algum dia assistirá certamente a um grande desenvolvimento.

Segundo Roosevelt apud. Ribeiro,

Essa região foi aberta ao desenvolvimento ao coronel Rondon, há apenas cinco ou seis anos. Já se vê de vez em quando uma fazenda de gado nas margens. Quando as estradas de ferros forem construídas nestas partes, do interior do Mato Grosso, toda região irá crescer e prosperar incrivelmente – e o mesmo acontecerá com as ferrovias (ROOSEVELT, 1974 apud RIBEIRO, 1978).

Assim, ao passo que a pesquisa vai se desenvolvendo, fica cada vez mais explícito que o Brasil fornece um dos mais claros exemplos modernos de um país, onde os direitos das comunidades indígenas são sacrificados em nome de interesse maiores, ou seja, de um pseudodesenvolvimento nacional.

Para isso, gigantescos projetos rodoviários (avaliados em milhões de dólares), hidroelétricas, mineração, agropastoril, plantios de soja e pecuária são planejados para atravessar as “reservas indígenas” sem nenhum acordo prévio nem permissão dos donos das terras. O resultado dessas incursões por terras indígenas são as doenças, pobreza e destruição.

Em 1974, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) começou a despertar no intuito de dar mais proteção e segurança algumas dessas terras contra os invasores, mas logo deparou com os obstáculos: falta de dinheiro, pessoal treinado, conscientização e o mais agravante falta de políticas voltadas para a questão indígena brasileira.

Dessa forma, buscou-se como macro objetivo o fornecimento de uma visão panorâmica e também específica e crítica a respeito da condição atual do povo genuinamente brasileiro, especificando os Karajá habitantes no Estado de Goiás.

Para entender a abrangência do tema, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, iniciando no Brasil Quinhentista até os dias atuais.

Com o presente estudo pretende-se contribuir para ampliar os estudos, divulgação e mais conscientização sobre esta temática tão relevante para o presente século.

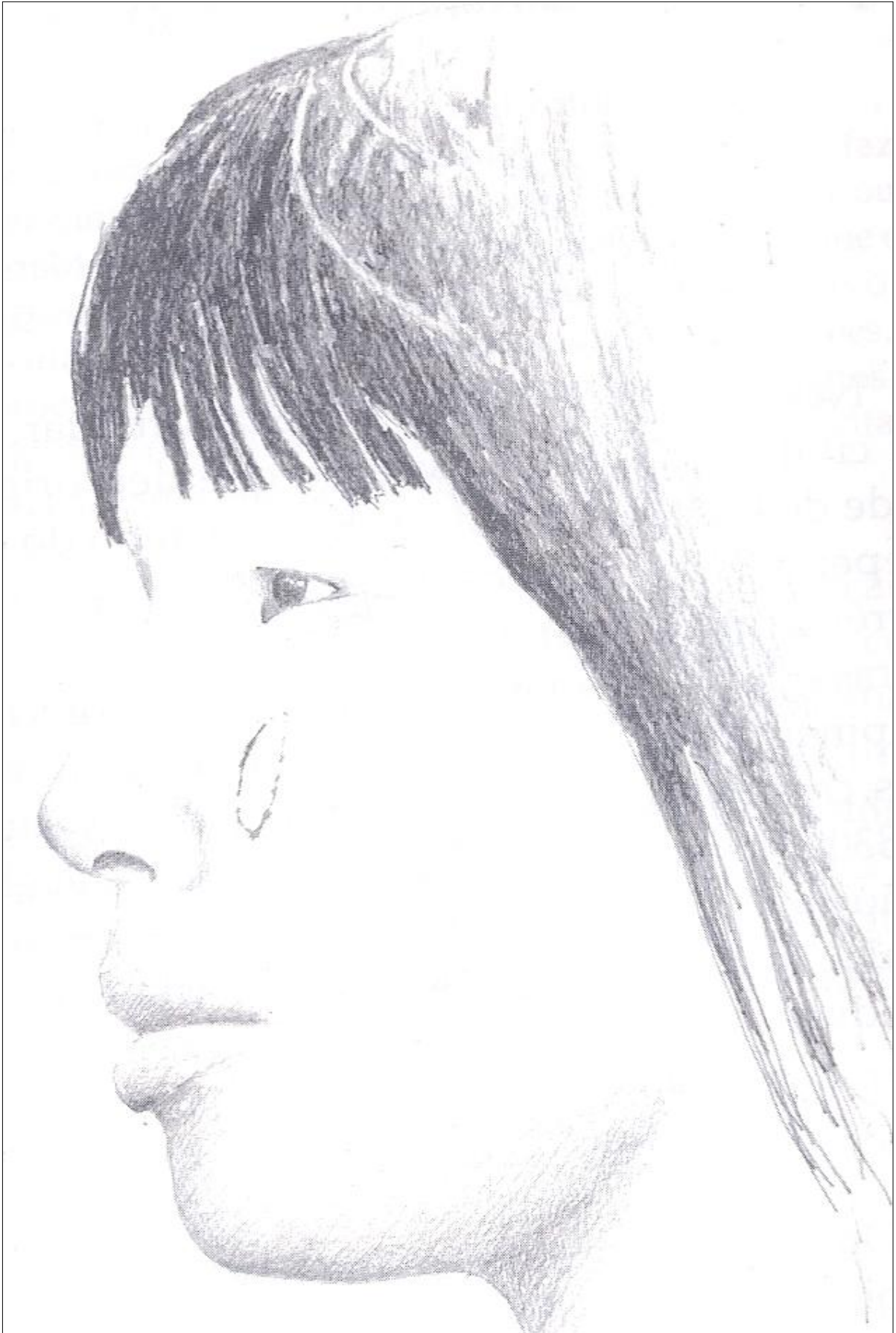


Figura 3 – Guerreiro Karajá
Fonte: Rocha, Leandro Mendes, 1998.

CAPÍTULO I

OS PRIMEIROS HABITANTES

Este capítulo tem como objetivo profícuo estudar a respeito da história dos primeiros habitantes das terras, que mais tarde vieram a ser chamadas “Brasil”.

Para melhor conhecimento desses povos pode-se pesquisar restos esqueléticos humanos ou materiais que se considerem associados à presença humana por aqui. Para tanto, retroceda-se ao século XIX quando a América do Sul era uma das partes do globo menos conhecidas (FUNARI; NOELLI, 2006, p.33).

Passaram por aqui viajantes europeus, como os naturalistas Humboldt, Spix e Von Martins e, antes de 1840, o próprio Darwin. Em 1840 o naturalista dinamarquês Peter Wilhem Lund realizava pesquisas paleontológicas na antiga província de Minas Gerais quando descobriu, em algumas grutas da Lagoa Santa, restos humanos associados a animais extintos. Foi um achado de grande valia e que, mais tarde geraria muita polêmica, pois em nenhuma parte do mundo nesta época se havia encontrado animais desaparecidos contemporâneos ao homem.

Lund descreve o seu achado assim:

Achei esses restos humanos em uma caverna que continha, misturados com eles, ossos de diversos animais em espécies decididamente extintas, circunstancia que deveria chamar toda atenção para estas interessantes relíquias. Ademais, apresentavam elas todas os caracteres físicos dos ossos realmente fósseis. Eram, em parte, petrificados e, também, penetrados de partículas férreas o que dava a alguns deles um lustre metálico, iminente ao bronze, assim como um peso extraordinário. Sobre a remota idade deles não podia, pois, haver dúvida alguma (LUND apud. FUNARI; NOELLI, 2006, p.34).

Sabe-se hoje, que as importantes coleções de esqueletos da Lagoa Santa possuem mais de 10 mil anos. Em 1999, pesquisadores da universidade de Manchester, na Inglaterra, reconstruíram a face do crânio humano mais antigo já encontrado nas Américas, proveniente de Lagoa Santa. E recebeu a alcunha (de forma carinhosa) de Luzia, o crânio é de uma mulher cerca de 11.680 anos. O crânio e outros ossos do corpo de Luzia haviam sido descobertos em 1975, em Lagoa Santa por uma equipe de franco brasileira coordenada pela arqueóloga

francesa Annette Laming - Emperaire, e hoje se encontram no acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro.

1.1 Vestígios dos mais Antigos Habitantes

O passado toma forma como uma narrativa, em um entrelaçar de dados e argumentos sobre a sucessão de algum acontecimento, formando assim, um texto coeso, coerente e semanticamente rico naquilo que ele se presta a fazer, que é contar ou relatar a história por meio de várias fontes, de um povo que aqui viveu há muitos séculos passados. Assim, quanto mais se recua no passado, tanto maior será a importância desse relato, imitando assim uma viagem, imaginada e contada pelos estudiosos (FUNARI; NOELLI, 2006, p.25).

Assim, com todas essas provas arqueológicas e científicas desse e de outros ossos humanos mais ou menos contemporâneos levaram pesquisadores da atualidade a propor novas teorias a respeito da ocupação humana neste continente.

Segundo Walter Alves Neves e sua equipe que estudaram a morfologia humana, afirmam ter havido, na América, há alguns milhares de anos, uma população não mongoloide, ou seja, todos os indígenas americanos conhecidos apresentam semelhanças com as populações norte asiáticas mongoloides. Os indígenas das Américas parecem com os atuais ou japoneses.

Portanto, essa semelhança com as raças amarelas, levou aos pesquisadores o entendimento que a entrada do homem no continente americano pelo Estreito de Bering (onde estão e estavam essas populações mongoloides), há poucos milhares de anos, pois as semelhanças das características físicas mongoloides teriam segundo a maioria dos pesquisadores um máximo de 20 mil anos.

Desse modo, o modelo tradicional deve ser revisto e reconstruído esse novo entendimento a respeito dos primeiros habitantes americanos por aqui, no intelecto da criança brasileira, desde as primeiras séries, quiçá, formaria assim, uma geração de jovens mais conscientes e respeitosos no que diz respeito às nações indígenas.

1.2 Os Hominídeos no Brasil

De fato, o homem é um animal que gosta de contar e também de ouvir histórias. Que são a literatura, televisionada, escrita, encenada, cantada se não histórias? A mesma coisa é o passado só toma forma com uma narrativa, em um entrelaçar fabuloso de dados e argumentos a respeito da sucessão dos acontecimentos.

Assim, quanto mais se recua no passado, tanto maior será a importância do relato quase como se fosse uma viagem imaginada e contada pelos estudiosos, causistas ou prosadores que com o seu talento vai passando quase como se fosse uma viagem. Aqui, contam-se as diversas narrativas a respeito dos habitantes mais antigos deste continente.

Por muitos decênios a história do Brasil foi contada sob a visão e concepção dos colonizadores europeus, posicionamento e verdades que historiadores e pesquisadores sempre levantaram dúvidas e classificava - na como “visão eurocêntrica do descobrimento” transmitida pelos meios de comunicação, livros didáticos dentre outros, segundo a qual a história brasileira inicia - se com a chegada dos portugueses por aqui.

Assim, os indígenas², que habitavam há milênio, este território, foram facilmente vistos pelos portugueses colonizadores, como coadjuvantes sem importância e destituídos de história. Isso porque os nativos tinham e têm os seus meios diferenciados de transmissão da sua história e dos seus valores culturais diferente do homem branco que tinha os seus registros históricos por meio da escrita (MALERBA; BERTONI, 2001, p.21).

Para Calmon (1963) existem várias visões e posicionamentos a respeito dos povos que aqui viviam como também não existe consenso sobre a sua descoberta. Os espanhóis tinham um discurso certo, que eles, naturalmente eram os descobridores, pois estiveram por aqui, antes mesmo dos portugueses. O fato é que os portugueses aqui chegaram, dominaram os habitantes que aqui viviam. Ainda com as contribuições do mesmo autor:

Habitavam uma raça desconhecida dos homens de cor bronze que erravam livres pela verde imensidade. Ali viviam a sua interminável pré-história fora da civilização que não passara o mar, idilicamente incerto de suas glórias e de suas torpezas. (CALMON, 1963, p.17).

Cezar (1992, p.78) afirma também que não eram precisas as informações a respeito dos primeiros habitantes das terras brasileiras. Sabe-se que, quando o homem europeu aqui chegou, já existiam muitos povos habitando em toda costa brasileira. Há uma tese defendida

² MELATTI (1970, p.30) Os europeus, ao chegarem à América deram aos seus habitantes a denominação de índios por pensar estar pisando em terras das Índias, mesmo depois que as suas explorações os levaram a perceber o engano continuaram com essa adjetivação.

por Neide Guidon (1937, apud. Silva1992) que aponta caminhos mais prováveis, à origem indígena aqui, seria uma descendência asiática. Teriam chegado à América pelo estreito de Bering.

1.3 Arqueologia e a História Indígena

Foi de natureza brutal o impacto europeu sobre a cultura indígena das Américas. Não existem números precisos, mas há estimativas indicando que a população nativa do Continente à época da conquista era de aproximadamente cinquenta e três milhões de pessoas, sendo que só a bacia amazônica teria mais de cinco milhões e seiscentos mil pessoas³ (DENEVAN, 1992, apud. SILVA, GRUPIONI, 1995).

Independente de números e leituras aceitas ou não, o certo é que dezenas de milhares de pessoas indefesas inocentes perderam as vidas por conta do contato direto ou indireto com os europeus e com as doenças por eles trazidas. Foram doenças simples que hoje são prevenidas, tais como: o sarampo, a gripe, a coqueluche e outras mais complexas como a tuberculose e varíola mostrando-se letais às populações nativas.

Segundo Roosevelt, (1989, p.191) diante da ruptura demográfica e social, resultante da conquista, foi sugerido que os padrões de Organização Social e de manejo dos recursos naturais das populações nativas ocupantes do território brasileiro não seriam representativos dos padrões das sociedades pré-coloniais. De fato, atualmente existe um grupo indígena numeroso, denominados Ticuna do alto Solimões no Amazonas. No entanto, a falta de pesquisas arqueológicas e bioantropológicas direcionadas ao impacto do contato sobre as populações nativas impedem registros aqui com mais precisão e atualizados.

Assim, os registros arqueológicos são de grande importância para os estudos da história indígena, apesar da escassez de pesquisas aqui no Brasil, onde a arqueologia, a antropologia cultural e a etnohistória estejam sistematicamente integradas já em sua concepção. A falta de pesquisas sobre a importância desses nobres habitantes das Américas, só reforça o que já foi dito aqui nesta pesquisa, que a história das populações indígenas está

³ Os trabalhos da arqueóloga Irmhid Wust entre os índios Bororo do Brasil Central são uma brilhante exceção essa regra (1992). Existem mais dois importantes trabalhos. Um na Bacia do alto Xingu (M. Heckemberger) e outro na bacia do alto Rio Negro (E. Neves).

- Porém estes números não são aceitos com unanimidade, já que o material usado para essas estimativas, crônicas de viajantes e oficiais das coroas, relatos de missionários, sítios arqueológicos dão margem a estimativas bastantes diferentes.

apenas ligada à expansão dos europeus pela América do Sul (WOLF, 1987 apud. NEVES, E.G; SILVA, 1995 p. 175).

Conforme o professor Antônio Carlos

Existem duas fontes documentais importantes de estudos sobre os indígenas brasileiros: de um lado os diferentes tipos de documentos escritos produzidos pelos colonizadores europeus e seus descendentes; por outro as tradições orais e a mitologia das populações indígenas, todos esses documentos são de suma importância documental para a preservação e mais conhecimento da história dos primeiros habitantes da América do Sul, mas especificamente dos nativos brasileiros.

1.4 História e Ideologia

Foi no século XIX, que por meio do neocolonialismo, o expansionismo europeu atingiu seu ponto culminante. O Continente africano, o Oriente e o interior da América do Sul são vistos como locais misteriosos e de riqueza a explorar. Novas ciências, como a Antropologia estudarão estas regiões e seus “selvagens” e, também, os viajantes “naturalistas” se dispõem a estudar e catalogar as plantas e os animais do novo mundo (ROCHA, 1998, p. 29).

Desta forma, o mundo começa a ter conhecimento e ver surgir os interesses de um novo mundo, conceito para diferenciar os europeus, ou seja, o conceito de “selvagem” em posição de “civilizado”. A velha ideia de bom selvagem, que concebia a vida selvagem como natural autêntica e de excelência moral, é substituída pelo novo conceito de selvagem, significando raça inferior, menos desenvolvida, preguiçosa e à qual deveriam ser ensinados os modos de vida civilizados.

Portanto, os indivíduos classificados como selvagens, constituem-se vistos como um obstáculo a ser vencido na marcha para o progresso e civilização dos povos. Civilização, nesta concepção, identifica-se com sociedade ocidental, estabelecendo-se uma tipologia das sociedades relacionada ao seu nível tecnológico: do mais primitivo (selvagem) ao mais avançado (a sociedade europeia) (CEZAR; PASQUALI 2005, p.97)

Entre as elites, a quem cabia à formulação da política indigenista, havia duas atitudes básicas e que não se excluem. A visão missionária da Igreja (que será analisada no capítulo relativo à ação missionária) e a visão laica, eclética, marcada por boa dose de positivismo.

Duas das principais correntes ideológicas do século XIX, o Positivismo e o Evolucionismo, transformaram-se pouco a pouco numa espécie de senso comum das elites intelectuais. Estas, em suas maiorias formadas na faculdade de Direito de Recife e São Paulo, constituídas de filhos da aristocracia rural, seriam as formuladoras da política indianistas do Império. Civilizar era então a resposta para o problema do nativo a ser alcançado.

Os presidentes de Província, por exemplo, em seus relatórios anuais, constantemente faziam referência à necessidade de promover a “civilização” desses povos com o argumento de que a lavoura se ressentia de braços. A fórmula para se alcançar a civilização seria, então, a catequese, desde que auxiliada pelo ensino das primeiras leituras e pelo aprendizado dos ofícios. Dessa forma, essas populações poderiam ser transformadas em instrumentos de “riqueza e de progresso”. Normalmente tal opinião se complementava com a observação de que, com a abolição da escravatura e a impossibilidade da vinda dos colonos europeus para o interior, a catequese era o melhor meio de transformar essa etnia na mão de obra que substituiria a mão de obra negra.

Portanto, se quando havia importação de escravos da costa da África já se tratava de catequese desses povos, hoje que felizmente cessou esse abominável tráfico e que é geralmente partilhada a ideia de emancipação dos escravos (...) deve-se com maior solicitude envidar todos os esforços em prol da civilização desses infelizes que vivem errantes pelas matas (CEZAR, *et. al.* 2007).

É nesse quadro de pensamento que poderemos entender a legislação que regulou a ação do Estado junto a esses povos: o Regimento das Missões, de 1845, e a Lei de Terras, de 1850.

Quando a elaboração do Regimento das Missões, duas correntes de ideias se confrontaram acerca dos métodos para a resolução do “problema indígena”. Uma radicalmente favorável ao uso da força, e outra, mais branda e que acabou prevalecendo, favorável à atuação missionária como a melhor forma de incorporar essa gente à “civilização” europeia. Não importando se pelo uso da força ou pela dominação ideológica, o fim a ser atingido era o mesmo, ou seja, a civilização desse povo era sempre entendida como um processo em que eles incorporassem os valores ocidentais.

Um dos maiores representantes da corrente que propunha o uso de força no trato da questão indígena foi Varnhagen que, enquanto secretário da Representação Diplomática Brasileira em Madri, publicou na revista Guanabara, um artigo intitulado *Os índios bravos e o*

Sr. Lisboa. Nesse trabalho, ele caracteriza essas etnias como “infelizes” que viviam se agredindo uns aos outros nos matos e, quando podiam, aos cidadãos “civilizados do império”. A solução para tais problemas que “degradam” a humanidade e “vexam o país” é o uso da força militar, único meio possível para educar essas “crianças”, cuja “incapacidade moral” é patente. Estes deveriam ser capturados através de “bandeiras” com o objetivo de distribuí-los em trabalhos de obras públicas.

Para Varnhagen, essas etnias são “estranhas para pacto social”, constituem uma “nação forasteira” Portanto, teríamos todo direito de conquistá-los. “Um povo bárbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra, diz o célebre juriconsulto americano Bello, deve tratar-se como inimigo do gênero humano” (Varnhagen apud Moreira, 1971, Apêndice).

Varnhagen dizia ainda que o aproveitamento dos que já estão civilizados deveria dar-se por medidas que os obrigassem a “fixarem-se, a terem casa a domesticarem-se” até que “constrangidos chegassem a apreciar e saborear as viagens deste novo estado”.

Contrapondo-se as estas ideias, Manuel Antonio de Almeida publicou, em 12 de fevereiro de 1852, na seção “A pedidos” *do Jornal do comercio*, um protesto intitulado “Civilização dos indígenas”, em que considerava as idéias de Varnhagen “um gesto de guerra, bem pouco generoso contra as raças indígenas”. Ao contrário do autor de *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, Manuel Antônio de Almeida acreditava que o meio mais seguro para a conquista dos índios era a força de inteligência, da catequese, de forma a repetir com eles a nossa “ilustração”.

Dentre os ideólogos da política indianista, destaca-se ainda o general Couto de Magalhães, não só como partidário da corrente que apoiava catequese, como também pela sua inegável influência na formulação da política indigenista, especialmente em Goiás. Suas ideias estão sintetizadas na obra intitulada *O Selvagem*, trabalho inicialmente apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como um ensaio de Antropologia. O projeto deste livro está também relacionado à solicitação feita por D. Pedro II para que Couto de Magalhães elaborasse um trabalho para figurar na Exposição Universal realizada na Filadélfia (EUA), em 1876, com a comemoração da independência dos Estados Unidos.

Os *selvagens* dividiam-se em duas partes:

Curso da língua geral, segundo Ollendorf, juntamente com textos de lendas Tupi;

Origens, costumes, religião selvagem, método a empregar para amansá-los por intermédio das colônias militares e do intérprete militar.

Na introdução aparece o objetivo do livro: divulgar um método para incorporar o selvagem à civilização. Couto de Magalhães pensava em viabilizar essa tarefa fazendo com que o índio entendesse o português e a sua própria língua, através de um corpo de intérprete formado por praças do exército ou da armada que falasse ambas as línguas e que pudesse situar nas colônias ou presídios militares.

E prossegue afirmando que a incorporação do “selvagem” à civilização equivaleria a domesticá-lo, possibilitando a conquista pacífica de um território quase do tamanho da Europa, e colocando à disposição dos proprietários “um milhão de braços aclimatados”. Assim, duas terças partes do território brasileiro poderiam ser pacificamente povoadas por famílias cristãs sem ficarem expostas às “correrias sanguinárias dos índios”.

Ao entender o uso de intérpretes, Couto de Magalhães busca os exemplos dos jesuítas que haviam formado intérpretes nos seus colégios, propiciando a crianças indígenas uma educação baseada na organização militar e, depois, enviando essas crianças para o convívio de sua gente. O autor afirma que de nada servia o missionário sem o domínio de uma língua através da qual pudesse ensinar a doutrina “regeneradora e moral do Cristianismo”.

Ao assumir a condição de empresário da navegação a valor na Araguaia e no Tocantins, Couto de Magalhães dirigiu o Serviço de Catequese do Araguaia e, então, teve a oportunidade de por em prática suas propostas com a criação de Colégio Izabel. Esse colégio era frequentado por crianças das tribos Gorotire, Karajá, Tapirapé etc. Para a tarefa de ensinar os jovens indígenas os preceitos da civilização, o referido serviço contou com o apoio de dois missionários capuchinos: frei Francisco de Monte de São Vito e frei Segismundo de Taggia.

1.5 As Bases Legais

A política indigenista do período entre 1850 e 1889 tem por base duas leis: o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que regulamenta a organização das missões de catequese e civilização dos índios, e a Lei da Terra, de 1850.

Essa legislação, fruto da ideologia do colonialismo, que tem o ato de “civilizar” como um objetivo a ser atingido, inaugurou uma nova política, que era um avanço em relação à

suspensão ou diminuição da belicosidade do Estado em relação aos povos indígenas e também uma mudança de atitude em relação ao papel do elemento religioso na catequese.

Na verdade, a mudança do Estado em relação aos nativos vinha já desde o período regional, quando, durante o governo Feijó, foram revogadas as leis que autorizam a “guerra justa aos índios”. Através da Lei de 27 de outubro de 1831, o governo disponha que:

Art. 1º - Fica revogada a C. R. de 05 de novembro de 1808, na parte em que mandou declarar guerra aos índios Bugres de São Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores, que os apreendessem.

Art. 2º - Ficam também revogadas as C. R. de 13 de maio e de 2 de dezembro de 1808 na parte em que autorizam na província de Minas Gerais a mesma guerra, e servidão dos índios prisioneiros.

Art. 3º - Os índios todos até aqui em servidão, dela serão liberados.

Durante o período regional não se fala no recurso aos religiosos. Isto era impossível, tanto pela decadência das ordens religiosas naquele momento, como também pelo estretecimento das relações do novo governo com a Santa Sé.

A própria instabilidade política do momento ofuscou a questão indígena, que faria em segundo plano até que o governo resolvesse as questões mais prementes como as revoltas nas províncias. Tais revoltas ameaçavam abrir um precedente perigoso para as classes dominantes, porque estava criando um clima de anarquia, o que sobressaltava os conservadores.

Em substituição ao SPI, pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, foi instituída a fundação Nacional do Índio (FUNAI). A partir de então, a política indigenista se baseou nos seguintes princípios: Pela Lei 6001, de 19/12/73, foi sancionado o Estatuto do Índio, que regula a situação jurídica dos índios. Embora existam, atualmente, outras propostas não regulamentadas do Estatuto em discussão.

Até 1988 a política indigenista brasileira estava centrada nas atividades voltadas à incorporação desses povos à comunhão nacional, princípio indigenista presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 suprimiu essa diretriz, reconhecendo a esses povos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Portanto, essas etnias também ampliaram sua cidadania, já são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Assim, o principal objetivo da política indigenista hoje é a preservação das culturas indígenas, através da garantia de suas terras e o desenvolvimento de atividades educacionais, sanitárias bem como a preservação de sua cultura.

O papel das ONGs tem sido de fundamental importância em relação aos direitos indígenas que, na sua maioria, se estruturou nesse período, tem contribuído também nesse processo, numa primeira instância, facilitando a organização de assembleias indígenas, e, privilegiando a defesa dos direitos territoriais indígenas.

No Brasil, o trabalho do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), no período de 1988-1994, caracterizou-se pela propositura de ações judiciais, juntando-se ao *Programa Povos Indígenas no Brasil*, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em 1994, para constituir o Instituto Socioambiental. Propõe-se a criar soluções integradas para questões sociais e ambientais, dentro do novo contexto do crescimento do movimento ambientalista a partir da década de 1980 e a difusão, em nível internacional, de uma nova meta-narrativa sobre natureza e sociedade (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM 26 DE FEVEREIRO DE 1997, EM SUA 13330 SESSÃO, DURANTE O 951 PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES).

CAPÍTULO II

TERRA INDÍGENA

Desde o momento que os europeus chegaram ao Continente Americano, este nunca mais foi o mesmo, uma vez que a Europa precisava de novos recursos, que sustentassem quanto a sua economia e sua hegemonia de povo guerreiro e desbravador. Contudo, ao chegar a essa nova terra, as etnias que ali viviam foram destituídas praticamente de toda a sua cultura, pois o homem branco mergulhado no mundo das conquistas das riquezas sabia muito bem o que queria, além disso, os povos encontrados neste Continente eram desprovidos destes conceitos.

Será estudado neste capítulo o início da chegada do colonizador em Goiás, em busca de riquezas; o Bandeirante e seus caminhos percorridos em território goiano, contribuindo para ocupação de centro-oeste brasileiro, e situação dos povos que aqui se encontravam.



Figura 4 - Menina Karajá no rio Araguaia
Fonte: Anuncio Google - © Araquém Alcântara

Em pleno século XXI, ainda é ensinado para a maioria dos brasileiros que a história do Brasil teve como início em 22 de abril de 1500. O que aconteceu antes desta data áurea, “domínio da pré-história” parece não ter muita significância ou relevância nenhuma para o desenvolvimento do Brasil, merecendo poucas páginas nos livros didáticos e paradidáticos.

Ao contrário dos países hispânicos, a conquista é a terminologia utilizada para designar, a ocupação europeia, tal processo é no Brasil conhecido como “descobrimento” o que revela preconceito e desconhecimento a respeito da população indígena brasileira e da sua história (NEVES, in SILVA, GRUPIONI).

Os registros imagéticos das sociedades indígenas comum à sociedade Brasileira em geral é estática com indivíduos vivendo em pequenas aldeias isoladas nas florestas, representando um passado remoto, uma etapa evolutiva da história do homem branco. Ou seja, um povo sem história. Nada mais tacanho que um entendimento deste. Sabe-se que hoje os povos indígenas que habitam o Continente Sul americano descendem de populações que aqui se instalaram a dezenas de milhares de anos, ocupando toda a extensão deste Continente. Ao longo deste período estas populações desenvolveram diferentes modos de uso, formas de organizações sociais e manejos de recursos naturais.

2.1 Primeiros Traços do Colonizador em Goiás

O Estado de Goiás pertence à região do Centro Oeste brasileiro e sempre teve muitos olhares e interesses voltados para ele, desde o século XVI até os dias atuais.

O discurso histórico que por muito tempo prevaleceu e era ensinado que Goiás teria começado com as primeiras incursões dos bandeirantes no século XVI, não tem fundamentação científica e soa também como uma negativa da presença indígena que já habitava as terras de Goyazes por muitos séculos.

No entanto, o que seria a versão verdadeira, infelizmente não pode ser comprovada em documentos escritos, mas sim por marcas arqueológicas a partir de vestígios materiais deixados pelas sociedades que viveram aqui há milhares de anos (WÜST, 2001).

Os sítios arqueológicos, a distribuição especial destes, a paisagem, suas demissões e formas, bem como os instrumentos de pedras lascadas e polidas, artesanatos feitos de ossos e conchas, restos de cerâmica, pinturas dentre outros sinais, são elementos comprobatórios para os pesquisadores arqueológicos afirmarem sobre os primeiros habitantes dessas terras.

Assim, a ocupação humana da área que corresponde ao estado de Goiás retrocede há milhares de anos e caracteriza-se por ser bastante adaptável, distintos ambientes ecológicos e sociais.

Segundo Almeida (1944) os registros arqueológicos encontrados por aqui, mostram com clareza, uma sociedade bem organizada no que diz respeito à economia, a política e de sistemas ideacionais. Com a presença dos europeus aqui em busca de riqueza, uma parte significativa destes registros desapareceu.

De acordo com Alencastre (1979); Magalhães (1935) e Costa (1938) os primeiros sítios arqueológicos encontrados (segundo a história) pelos bandeirantes em Goiás, data do século XVII e localizavam-se no atual estado do Tocantins. Estes, em busca de ouro encontraram no baixo Rio Araguaia, fronteira com o estado do Pará, lajes com gravuras os conhecidos Martírios. Mais tarde, os naturalistas começam a informar sobre diversos abrigos com pinturas e lajes nas regiões de Pilar, Formosa e Niquelândia.

Porém, só em 1970, século XX, surgiu interesse para registrar e documentar o acervo arqueológico do estado de Goiás por pesquisadores. Foram eles: Acary de Passos Oliveira, Mairi Baiochi, Igor Chumyz, Iluska Simonsen, Pedro Agostinho *et al.* Assim, conheciam-se oficialmente no estado de Goiás, até 1972, apenas 44 sítios arqueológicos (BAIOCHI, 1972).

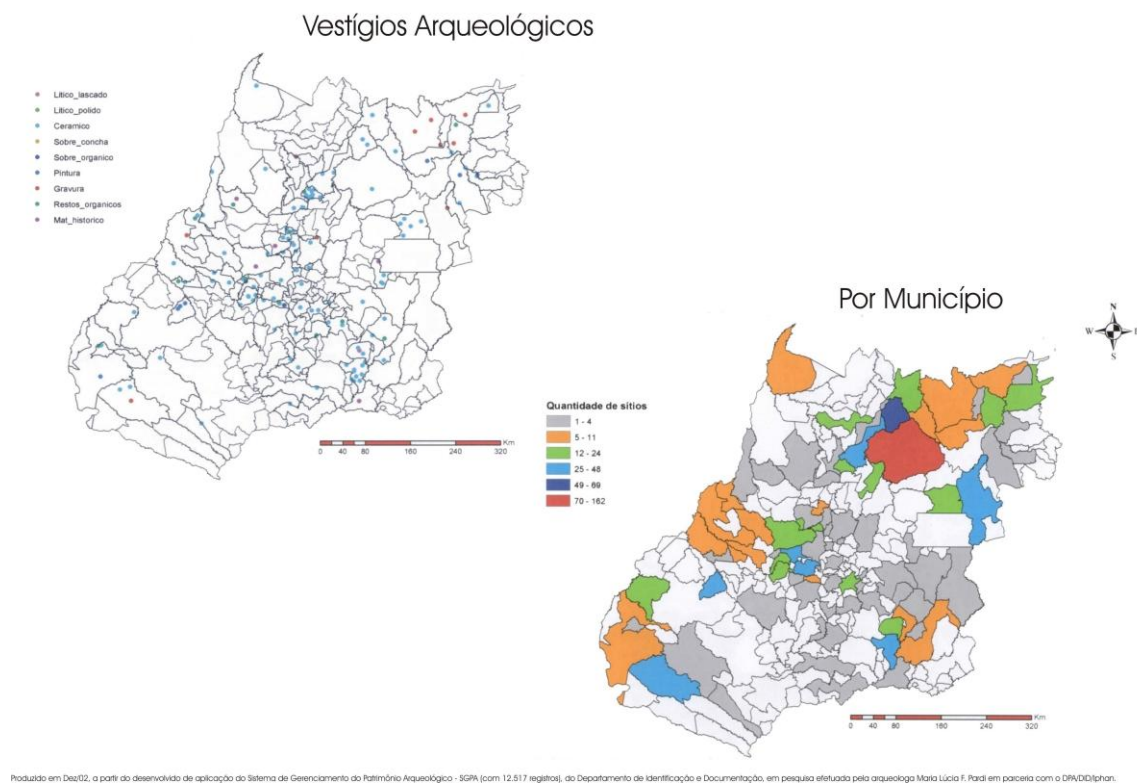
Um ano depois, as Universidades Católica de Goiás e Federal ficaram responsáveis pelas investigações mais sistemáticas, dando assim uma base mais científica. O programa arqueológico de Goiás era sob a liderança do professor pesquisador Pedro Ignácio Schmitz, da Universidade do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, que contava com uma equipe formada de professores e alunos do Gabinete de Arqueologia, atual Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC - Goiás.

Apesar de muitas tentativas de abordar, por meio da metodologia de padrões de assentamento, questões relativas a dinâmica sócio política e demográfica de grupos ceramistas e agricultores, de fornecer síntese mais interpretativa e de entender os aspectos sociais e econômicos em nível intra sítio, ainda existe um entendimento histórico culturalista (CARVALHO,1996).

De sorte que, só a partir de 1990, é que os projetos de salvamento passaram a representar a maioria das pesquisas arqueológicas em Goiás. O tempo escasso, o tamanho da área impactada, os recortes geográficos, as técnicas de prospecção e de coleta de material arqueológico, têm dificultado e limitado o desenvolvimento de uma arqueologia mais interpretativa.

Os registros oficiais do IPHAN⁴ apontam hoje para a existência de 626 sítios arqueológicos pré - coloniais em Goiás, 97 no Estado do Tocantins e 22 no Distrito Federal. Considerando que em áreas sistematicamente prospectadas a densidade dos sítios arqueológicos pode atingir um sítio em cada 9 km⁴, conhece-se até agora, provavelmente apenas 1% da sua totalidade. Enquanto em Goiás nos municípios de Caiapônia, Formosa, Serranópolis e Niquelândia já foram registrados entre 31 a 48 sítios, em 62 municípios constam apenas entre uma a dez informações. Tem-se aqui uma visão mais detalhada no mapa da capitania.

Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás



Mapa 1 – Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás.
Fonte: SGPA: (2012)

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Em síntese, há evidências que o período pré-colonial da região central do Brasil passou por vários processos de interação entre sociedades culturalmente distintas. Mesmo diante de todas as limitações, o material de pesquisa existente até agora é suficiente para mostrar alguns aspectos do sistema das populações pré-colônias existentes no Brasil Central.

2.2 A Chegada do Colonizador Bandeirante em Território Goiano

É ensinado nas escolas de geração a geração que o descobridor de Goiás foi Anhanguera. Porém essa suposta verdade não significa que esse bandeirante foi o primeiro homem a chegar a Goiás, mas sim o primeiro a vir com intenção de se fixar em terras goianas. Isso se deu no momento do descobrimento do ouro no Brasil, por volta de 1718.

Assim, Anhanguera⁵, paulista com experiência em mineração na região aurífera de Minas Gerais, de posse com algumas informações sobre esta região, junta-se com algumas pessoas de sua família, pede licença ao rei para vir até Goiás buscar em suas terras, ouro. Ele entendia e justificava que as terras vizinhas como Minas e as de Cuiabá (terras antes habitadas apenas pelos índios) tinham tanto ouro, certamente em Goiás eles encontrariam tal mineral (PLACÍN; MORAES 2001, p.10).

Licença concedida, a bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. Foram muitas desavenças e pejeas causando atrasos e descaminhamento. Muitos homens morreram de fome, outros preferiram voltar para São Paulo, de sorte que foram muitos meses até o Anhanguera descobrir as cabeceiras do Rio Vermelho na região da atual Cidade de Goiás (op. cit., p.11).

Três anos depois, voltam triunfantes a São Paulo, falando a todos os ventos que tinham descoberto alguns córregos auríferos, tão bons e importantes, quanto aos encontrados em Cuiabá e em Minas Gerais.

Durante os derradeiros anos da mineração e do ciclo das bandeiras predominou em Goiás o espírito de destruição contra os índios que foram considerados bugres indomáveis; e por isso mesmo nivelados como bichos do mato, como os irracionais, gérmenes de discórdias eternas. Tribos inteiras foram devastadas pela pólvora dos capitães do mato, predadores de índios.

Zoroastro Artiaga

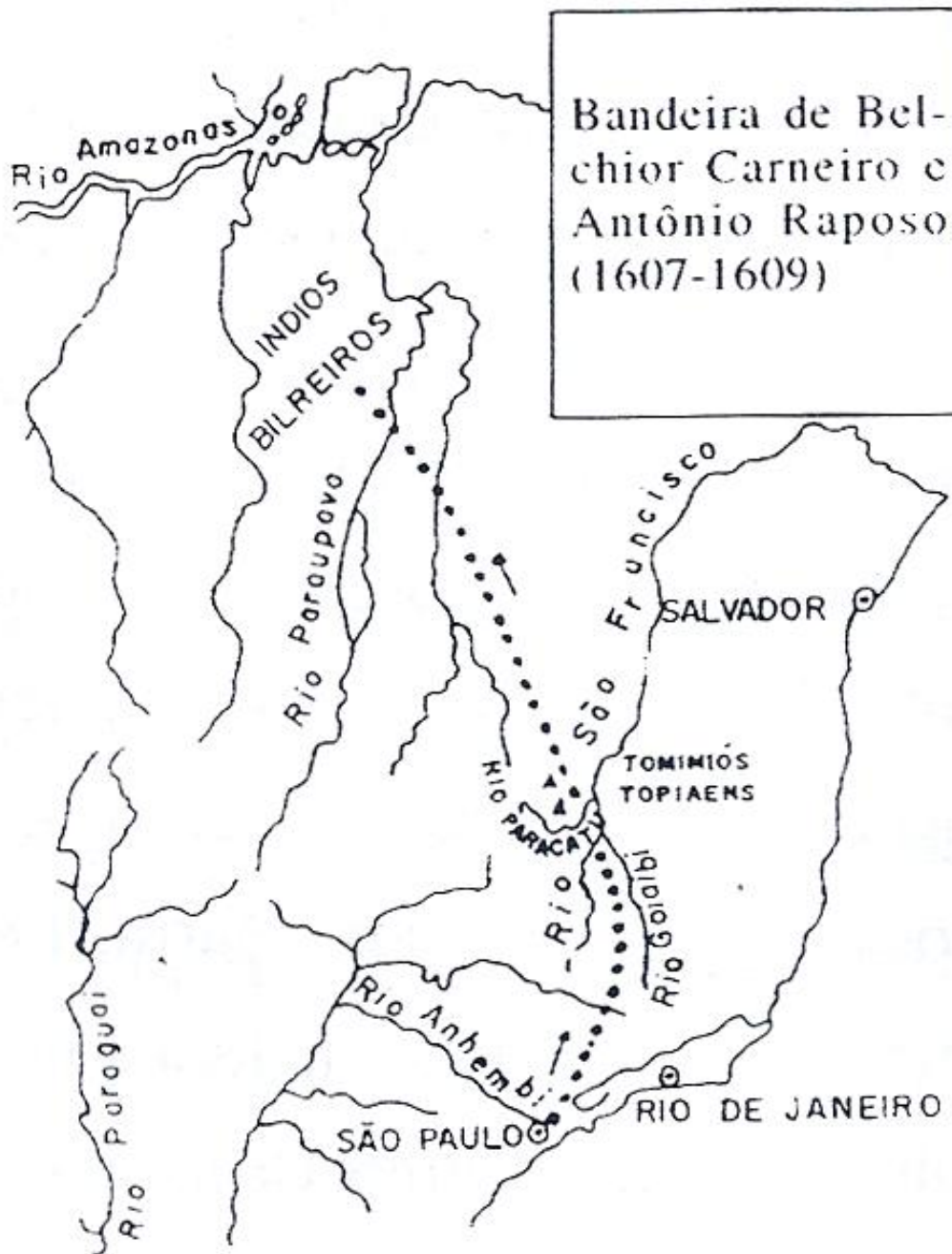
⁵ Diabo Velho ou aquele que tem poder sobre o fogo. Quase todos os sertanistas eram apelidados pelos índios. Anhanguera ateou fogo num prato com aguardente para amedrontar os índios e lhe mostrassem o caminho das minas PLACÍN; MORAES 2001, p.10.

Assim, as bandeiras que saiam com destino ao Centro Oeste brasileiro, partiam do Nordeste, do Norte, especificamente do Grão-Pará, mas na sua maioria de São Paulo. Deste último, saiam passando por terras e rios matogrossenses descendo em canoas através do rio Tietê, entrava no rio Paraná indo até a foz do rio Pardo. Subiam o rio cerca de setenta e cinco léguas bem perto de suas cabeceiras. Pelo Camapuã ia até o rio Coxim chegavam ao rio Taquari. Entravam pelo rio Paraguai até o rio dos Porrudos de São Lourenço. Deste rio alcançavam o rio Cuiabá subindo até a atual cidade de Cuiabá (MT).

Chegava ao fim uma viagem de muitos dias e aventuras perigosas que durava entre quatro a seis meses. Era um percurso, medido por água, 531 léguas (3.504km). Por terra, contavam-se 155 km de São Paulo a Ararituaba (Porto Feliz), próximo a Itu, e os 14 km de Varadouro de Camapuã, num total de 3.673km, passando por 113 cachoeiras e por vários territórios de valentes guerreiros e defensores de seus espaços.

As embarcações eram rudimentares e frágeis para tamanha viagem e destituídas de quilas⁶. As canoas de carga, carregavam os mantimentos necessários para a viagem, que eram barris com vinho, farinha, sal, açúcar carne seca *et.al.*, havia pouca embarcação mais resistente, destacando-se as conhecidas por canoões com capacidade de carga de até 4.400kg ou aproximadamente 80 homens armados. Essas embarcações eram confeccionadas com madeira bastante resistente fácil de encontrar às margens do Rio Tietê, a peroba eram árvores tão frondosas que um só tronco dava para confeccionar um canoão (MOURA, M. 2006, p. 34).

⁶ Peças estruturais básicas que dão equilíbrio à navegação, MOURA, (2006, p.53)



Mapa 2 – Bandeira de Belchior Carneiro
 Fonte: Ferreira, 1972

2.3 Caminhos Percorridos pelas Bandeiras Paulistas

Segundo Cezar; Amaral *et. al.*, chegando a determinado ponto da viagem mais para o Mato Grosso do Sul (Camapuã) as canoas e as cargas em geral eram transportadas sobre carretões de quatro rodas arrastadas por 20 a 30 escravos índios ou negros, ou por juntas de bois. Os bandeirantes usavam também os escravos para carregar pesos, muitas vezes desmedidos e insuportáveis chegando a morrer e ser jogados para pastagem de peixes.



Mapa 3 – Caminhos percorridos pelas bandeiras paulistas
 Fonte: PLACÍN; MORAES, 2001, p. 8

Nessas viagens pelos rios do interior segundo Moura C. O. (2006, p.57) eram comuns e constantes as lendas e histórias sobrenaturais, como as relacionadas à canoas que navegavam sozinhas, não sendo possível alcançá-las. Conta-se a interessante história de *um padre jesuíta que virou a sua canoa no Rio Tietê e foi parar no fundo do rio. Os índios que o acompanhava mergulharam em busca do corpo, pois acharam que estaria morto. No entanto, encontraram o religioso vivo sentando a uma pedra, rezando o seu breviário.*

Existiam histórias famosas e conhecidas até os dias atuais, bem como a lenda de mães d'água, serpente do Tietê, monstros devoradores de crianças, cobra de sete cabeças, dentre outros. Todas essas histórias, contadas e recontadas fazem parte do imaginário da época.

Para abastecer uma Bandeira que saía de São Paulo com destino as terras de Cuiabá, composta de 650 pessoas, 22 canoas e 06 batelões, costumavam-se levar aproximadamente,

60 Kg de chocolate;

105 Kg de manteiga;

120 Kg de doces;

270 Kg de açúcar;

105 Kg de macarrão;

60 Kg de cuscuz;

60 Kg de peixe seco;

06 Barris de biscoito;

02 Barris de paios

144 Litros de grãos de ervilha;

60 Queijos;

144 Caixetas de marmelada;

3.600 Litros de farinha de mandioca;

5.400 Litros de farinha de milho;

828 Litros de farinha de trigo

12 Porcos sevados;

08 Barris de vinho;

03 Barris de aguardente;

08 Frascos de aguardente do reino (vinho);

05 Barris de azeite de oliveira (ATAÍDES, 1985)

Porém, o essencial das provisões de uma Bandeira era constituído, sobretudo, de farinha de milho e de mandioca, feijão, toucinho, carne seca e sal. As galinhas que levavam,

eram destinadas somente para os doentes. O virado paulista (feijão preparado com toucinho e farinha) era uma comida típica dos bandeirantes. O arroz era de pouquíssimo consumo nessas viagens. Entretanto, tem-se notícia de abundantes arrozaes nativos no Planalto Central no século XVIII, principalmente no vale do rio Cuiabá.

A caça e a pesca eram extremamente apreciadas, porém, não se podia contar sempre com elas, pois em certas épocas não era possível encontrar nem caça nem pesca. O rio Tietê era famoso pelo fornecimento de dourados e jaus. O rio Paraguai e seus afluentes, pela abundancia de piranhas. O rio Taquari era temido pelas presenças de arraias. Quanto à caça, antas, pacas, veados e capivaras parecem ter sido as preferidas. No entanto, ha notícia de inúmeras outras, como: porco do mato, tatus, queixadas, catetos, onças. As aves despertavam a atenção de todos, na época, pela abundância e beleza. As mais apreciadas eram as perdizes e os patos. A anhumã era uma ave muito estimada, pela dificuldade de ser capturada e, pela sua importância na cura de picadas de animais peçonhentos (raspa de suas unhas).

Outro complicador para os bandeirantes era os pontos de abastecimentos eram quase inexistentes. Em 1727 existiam apenas dois moradores entre a barra do rio Tietê e a do rio Pardo, que vendiam seus produtos (milho, Mandioca, feijão, banana) por altos preços a clientes quase sempre acidentais. Nestas viagens, há de se destacar a importância das roças indígenas, que eram atacadas constantemente. Na foz do rio Tietê, no rio Grande, no rio Taquari e todo sul de Goiás, as grandes lavouras de batatas dos índios Kayapó do Sul eram muito cobiçadas e pilhadas pelas bandeiras (op. cit. ATAIDES, 1985).

Essas expedições eram constantemente atingidas por muitas doenças, as mais frequentes eram as diarreias, também conhecidas como corrução, causada principalmente pela ingestão de água in-natura e outras faltas de higiene básica. A passagem mais desfavorável era o do rio Paraná. Tinha uma recomendação para não ingerir água desta localidade. As bandeiras mais organizadas e preparadas possuíam botica⁷ bem fornecida da farmacopeia da época. Além do problema com a água, existiam outros problemas para essas expedições, que eram os mosquitos, bernes e outros bichos peçonhentos.

Segundo Cabral; Hilary (2005) a mão de obra escrava indígena nessas expedições era de suma importância. O conhecimento do território e a adaptabilidade ao meio favoreciam todo processo. O índio era pescador, caçador, coletor, guia e acima de tudo, importantíssimo no transporte da carga.

⁷ s.f. Estabelecimento onde se preparam e/ou se vendem medicamentos; farmácia (Houaiss, 2004,109).

Entre as inúmeras tarefas delegadas aos indígenas nas bandeiras, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1975), destacavam-se:

- *a capacidade dos indígenas na confecção das cartas cartográfica, registrando tudo com bastante precisão os acidentes geográficos;*
- *serviam de interpretes com outras tribos, eles eram essenciais nos contatos com outros grupos;*
- *orientavam os viajantes (faziam desenhos nas pedras e na areia) a respeito dos peixes e caças nos locais que paravam para abastecimento de alimentos, conhecedores da flora e da fauna, era os índios que indicavam a coleta de mel e de folhas e raízes que tanto serviam para alimentar, como para remédio;*
- *na navegação fluvial, eles eram os únicos que sabiam confeccionar e conduzir as canoas, pois os europeus quase nada entendiam desse assunto;*
- *nos ataques dos grupos hostis, o índio escravo desempenhava um papel muito importante como guerreiro. Formavam exercito que não precisavam de fardamento nem armas, pois eles confeccionavam seus arcos, flechas e bordunas.*

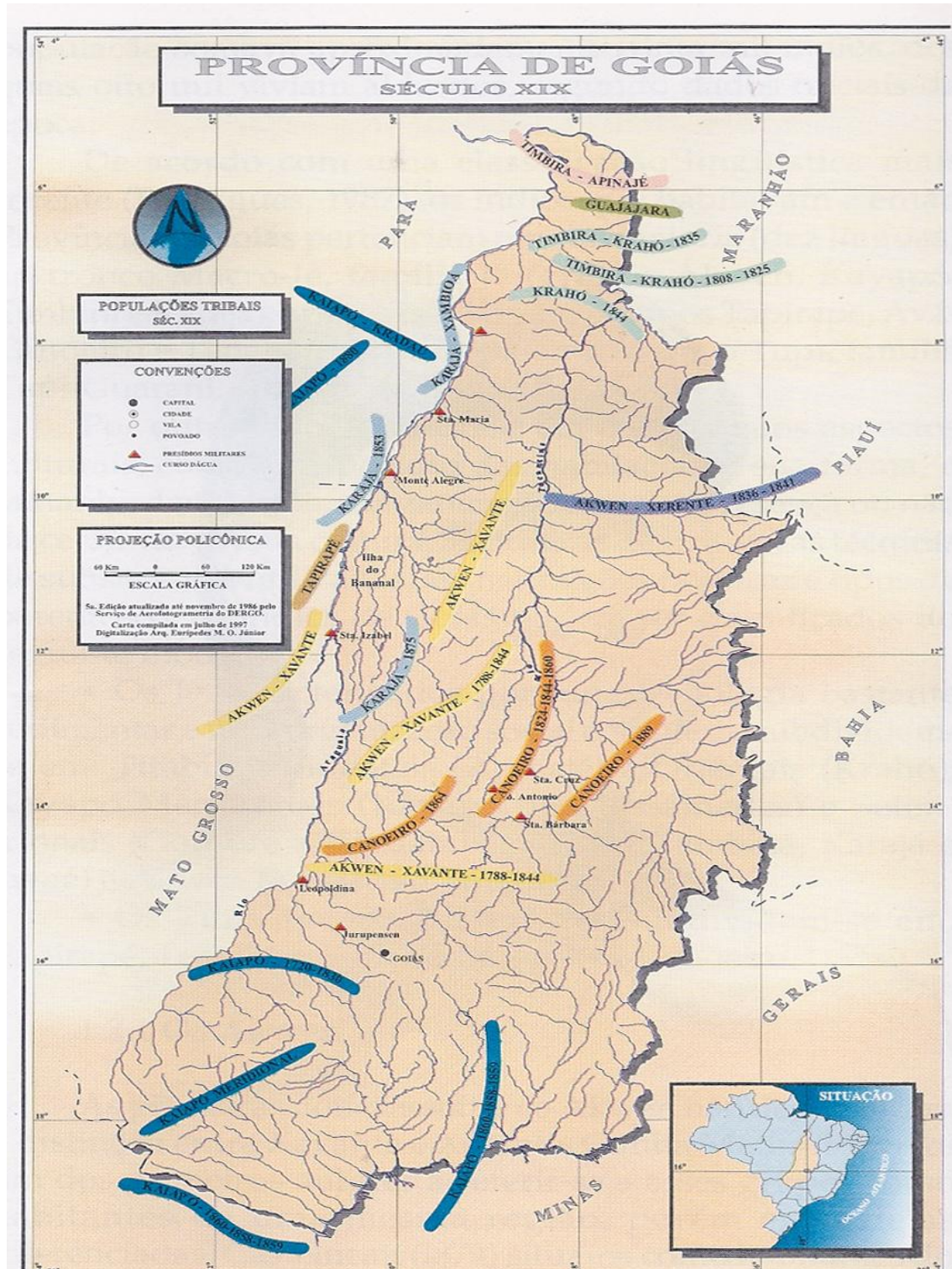
Assim, nas entradas para o Planalto Central brasileiro, os grupos que mais repetiram foram os Paiaguás, os Guaicurus e os Kayapó do Sul.

A ocupação do colonizador no Centro Oeste brasileiro e a conseqüente redução das populações indígenas são processos que existem cerca de quatro séculos e ainda não se podem declarar estabelecidos em vista dos constantes conflitos de terras entre indígenas e posseiros. É importante considerar também que mesmo antes de 1722, época a em que Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) veio para fixar-se em território goiano, várias bandeiras mesmo grupos menores vagavam pelo interior em busca de ouro, pedras preciosas e índios para escravizar (CABRAL; HILARY (2005).

2.4 Ocupação Não Índia do Centro-Oeste Brasileiro

Goiás era conhecido e percorrido quase que desde os primeiros dias da colonização, mas o seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável (PLACÍN; MORAES, 2001, p.7).

Poucos meses depois da volta da bandeira, organizou-se, em São Paulo uma nova expedição para explorar as minas. Bartolomeu Bueno voltava com um título de superintendente das minas, e Ortiz como o de guarda mor.



Mapa 4 – Província de Goiás
Fonte: Rocha Leandro Mendes, 1998.

A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde foi fundado o Arraial de Sant'Ana, que depois seria chamada de Vila Boa, e, mais tarde, cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território.

Assim, as entradas e bandeiras e a mineração foram às atividades responsáveis pelo povoamento da região conhecida hoje, por Goiás. Tais atividades foram também responsáveis pela expulsão e aniquilamento dos nativos dessas terras, recuo das vanguardas espanholas e a fixação da população estável no centro do Brasil.

No final do século XVIII, ocorre um abundante crescimento populacional devido às frentes de expansão com base na atividade de criação de gado; uma, ao norte, proveniente do Maranhão, e outra ao sul, vinda de Minas Gerais com destino a Mato Grosso (ROCHA, 1998, p.19).

De sorte que, a ação dessas frentes foi algo desastroso para os nativos da região. Além da redução populacional gerada pelos conflitos armados com os Bandeirantes, também vieram as doenças e a descaracterização dos costumes tradicionais em relação à cultura imposta.

O estado de Goiás é coberto, na sua maioria por uma vegetação característica, o cerrado, composto por vegetação rasteira, campos recortados por florestas de galeria⁸. Pequenas árvores de troncos torcidos e recurvados e de folhas grossas, esparsas em meio a uma vegetação rala e rasteira, misturando-se, às vezes, com campos limpos ou matas de árvores não muito altas. Nas regiões onde existia este tipo de vegetação vivia a maior parte dos grupos indígenas, cuja população somava aproximadamente trinta mil habitantes, dos quais oito mil viviam aldeados (ROCHA, 1998, p.27).

Deste modo, esses povos que habitavam a então Província de Goiás pertenciam em sua maioria dez línguas ao tronco Macro – Jê, família Jê (grupos Akwen, Kayapó, Timbira e Karajá); apenas três línguas (grupos Tapirapé, Avá – Canoeiros e Tenetehara) pertenciam ao tronco Tupi, família Tupi – Guarani (Ibid).

Mas também, levando-se em conta alguns aspectos culturais, como as disposições das habitações, forma, tamanho das aldeias, organização social, as práticas de cultivos, as técnicas de subsistência utilizadas, as instituições políticas dentre outros, os índios do território goiano podem receber a seguinte classificação:

⁸ COSTA (1998) No cerrado brasileiro, a mata ciliar é conhecida como mata de galeria e é composta por vegetação mais frondosa. Ocupa áreas de vales úmidos ao longo de cursos de água, em solos aluvionados devido a erosões.

Os Jê, ainda vivendo com praticas diárias (cultivo de lavoura, pesca e caça) bastante rudimentar e uma organização social complexa, subdividem-se em Timbira Ocidentais (Apinajé) e Orientais Krahó); Kayapo Meridionais (Kayapó de Mossâmedes) e Setentrionais (Gorotire e Graahu); Karajá (Xambioá, Karajá e Javaé) e Akwen (Xavante e Xerente). O Tupis menos números subdividiam-se em: Tapirapé, Tenetehara (Guajajara) e Ava-Canoeiro) (ROCHA, 1998, p.27).

Cunha Matos (1824) foi um dos primeiros interessados nas questões indígenas do Centro Oeste brasileiro. Ao relatar sobre os Akwen não deixava claro a distinção entre Xavante e Xerente. No seu relatório ele referia-se a esses grupos como sendo habitantes de uma mesma região, mas em aldeias diferenciadas. Segundo o autor, uma coisa era comum entre toda população indígena do Centro Oeste era os malefícios que a cultura branca apresentava para eles.

Segundo ROCHA (1998, p.32) na medida em que a pecuária desenvolvia grupos indígenas associavam com os fazendeiros (que se apresentavam como os donos das terras) e lutavam contra outras etnias. Entretanto, tal como os outros grupos, eles tinham na caça uma das principais fontes de alimentação e, com a escassez desta, começaram a se alimentar com o gado de propriedade dos fazendeiros.

Os Krahô, tal como outros indígenas da região, faziam caçadas ao gado dos fazendeiros, mas acusavam outros grupos étnicos como responsáveis pelos prejuízos que estes sofriam. Dessa maneira forneciam fartos motivos aos civilizados para continuarem com suas expedições, por conseqüente, os Krahô eram não somente para liquidar com as outras etnias como eles próprios incitavam os civilizados contra elas (MELATI, 1972, p.16 apud. ROCHA, 1998, p.33).

Talvez, este fora um dos motivos mais sangrentos para o extermínio de muitas tribos naquela localidade.

Os Apinajé e os Karajá também viveram sérios conflitos entre o Tocantins e o Araguaia. Seus contatos permanentes com o homem branco data do final do século XVIII.

Já em outros tempos os Karajá e Apinajé estiveram mais pacíficos (...) violências que cruel e injustamente lhes foram feitas nas suas passagens pelas guarnições dos presídios de São João de Duas Barras e de Santa Maia do Araguaia, os tornaram irreconciliáveis inimigos nossos (POHL, 1832, apud. ROCHA, 1998).

2.5 A Situação dos Povos Genuinamente Brasileiros

Os indígenas vêm adquirindo o ‘estranho’ direito de continuar a serem índios, depois de quinhentos anos de integração forçada. (Souza Filho, 2001, p. 258)

As etnias indígenas depois do contato com o colonizador sofreram inúmeras transformações que modificaram não só sua cultura, mas seu modo de vida. Informações documentais comprovam a existência de duas frentes de contatos da sociedade brasileira com os Karajá.

A primeira teve a coordenação dos padres jesuítas que trabalhavam na Província do Pará. Nos anos de 1658 comandada pelo Pe. Tomé Ribeiro acontecia a primeira expedição, que saiu do Pará e conseguiu chegar até os Karajá do Baixo Araguaia (LIMA FILHO, 1994).

Já no início dos anos de 1671 o próprio padre Gonçalo de Veras na companhia do Irmão Sebastião Teixeira, tiveram a oportunidade e alegria de registrar o encontro que a sua expedição teve no “sertão com os Karajá” (Idem, Ibidem).

Assim, foram acontecendo contatos importantes (que contribuíram ou não) entre a cultura branca e o povo Karajá. A política de navegação do General Couto de Magalhães contribuiu para manter as aldeias do Araguaia em permanente contato com a cultura dos “brancos” e “civilizados” resultando na Fundação Leopoldina em 1850 (RIBEIRO, 1982, PP. 75-76).

“De modo que, o rio Araguaia, de fonte de vida, com passar dos tempos foi se transformando em uma veia aberta nas terras dos Karajá” (LIMA FILHO, 1994). Em suas aldeias, esses povos assistiram a chegada de todos esses estranhos invasores, que, inicialmente apresentavam-se portadores de boas notícias e de boas ideias e sempre portadores de algo que eles inocentemente não entendiam, mas acabavam aceitando, ou sendo obrigados a aceitarem toda arrogância e enganos dos militares e civis do serviço de Proteção aos Índios (RIBEIRO, 1982, PP. 77).

E assim, sujeitos aos contratempos de uma história constituída por uma cultura de brancos (que não tinha nenhuma valia para eles), esses povos foram algumas vezes resgatados, apenas com a finalidade de serem símbolos nacionais, com direito a visitas ilustres na Ilha do Bananal.

O primeiro líder da nação a os visitar foi Getúlio Vargas, que esteve em contato com os Karajá por três dias em 1940. Três anos depois foi instituída a Fundação Brasil Central para assim consolidar a política da “Marcha para o Oeste” iniciada com a expedição Roncador - Xingu⁹

“... a estação de Barra do Garças por seu telegrafista (...) nos dá notícia do Decreto que cria a Fundação Brasil Central. Essa notícia nos trouxe serias preocupações, pois tem-se a impressão que a expedição terá de alterar pelo menos parte de seu plano. Todos aguardam com ansiedade melhores detalhes sobre o caso...” (OLIVEIRA, 1976, p.63).

O Decreto referido por Oliveira é o de nº 5.878 de 4/10/1943, subordinado a Fundação Brasil Central à Presidência da República (GOMES, 1961, p.61).

Nos anos de 1960, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek visitou Santa Isabel com a finalidade de prestigiar as construções da “Operação Bananal”. Estava em construção o hospital, a escola, um hotel considerado de luxo dentre outras construções importantes quem seriam inauguradas mais tarde (LIMA FILHO, 1994).

Contudo, passando toda a animosidade dos anos de JK, a Fundação Brasil Central foi extinta e os Karajá passaram a viver de sonhos e promessas feitas pela a ideologia da “Marcha para o Oeste” e guardado na memória dos velhos caciques e dos participantes da primeira missa de Brasília em 1959 (GOMES, 1961).

⁹ Sertanista Aracy Passos de Oliveira que teve a missão de construir uma pista de pouso para Getulio Vargas, relatou-me em entrevista no dia 5/11/1990, passagens da expedição Roncador Xingu, da qual fez parte, saindo de Aragarças/GO em setembro de 1941 e chegando ao Rio das Mortes em 28 / 02/1943. Ele cita em seu diário, publicado em 1976 a notícia da criação da Fundação, que encontra-se acima citada



Figura 5 – Nota de um mil cruzeiros
 Fonte: Pesquisa Google, aceso em 5/10/2012

De modo que, a história dos Karajá foi sempre de momentos para serem “lembrados” ou para servirem de ”exemplo” para alguma intenção nem sempre correta do poder estatal e todo esse burburinho sempre fascinou a nação Karajá, que expostos ao contato com a cultura branca não tiveram e ainda não tem muito ou quase nada a festejar.

Em 1957, o pesquisador Darcy Ribeiro publicou um extenso e importante relatório falando sobre a atual situação indígena no Brasil. Este trabalho apontava que, desde 1900 a 1957 mais de 80 etnias indígenas tiveram contatos com os brancos e o resultado disso foi a desaculturação, doenças e outros males inerentes desta cultura intrusiva.

Assim, a população indígena brasileira que era mais ou menos de um milhão de habitantes passou para menos de duzentos mil.



Figura 6 - Meninos banhando no rio Negro
 Fonte: Araquém Alcântara: acesso em 10/07/2011

Segundo Ribeiro¹⁰ (1954 apud Davis 1977) nas áreas de expansão pastoril (criação de gado), treze etnias foram extintas. Nas áreas destinadas a atividades extrativas (borracha, coletas de castanha, prospecção de diamantes entre outras atividades) também mais cinquenta e nove etnias desapareceram de maneira cruel e sem nenhuma preocupação demonstrada através senhores fazendeiros com o ser humano e com a natureza.

Todavia, a ameaça de extinção dos povos indígenas brasileiros era tão somente, uma pequena amostra da real situação que o pesquisador pontuava no seu relatório. Ele mostrava que as etnias que sobreviveram às depredações iniciais, nas frentes pioneiras do Brasil, continuavam vivendo em estado de miséria e bastantes despovoadas.

Para, V. Sedmakova (2000) as etnias indígenas eram classificadas em categorias de acordo com o contato que tinham com a civilização branca. Segundo DAVIS, 1997, P.28, também escreveu em seu relatório a respeito destas classificações: grau de contato com os agentes da sociedade brasileira; relativo isolamento, contato intermitente, permanente e de integração. Este relatório consta o seguinte:

A julgar pelos casos conhecidos, os efeitos devastadores de epidemias de gripe, sarampo e outros agentes mórbidos levados por pessoas “civilizadas” teriam reduzido sua população pelo menos pela metade do que eram enquanto estavam isolados. Aconteceram muitas transformações negativas responsáveis por mudanças em suas vidas, as quais podem ser atribuídas fatores ecológicos e bióticos, mais do que o processo de aculturação.

Assim, as quarenta e cinco etnias que tiveram contato com a sociedade brasileira foram declinando de maneira muito grave. Foram rompendo velhos padrões e esquecendo comportamentos culturais de fundamental importância para a vida indígena e foram cada vez mais imbricando-se em costumes do homem branco (J. THERENCE, 1992).

Sabe-se que, na época da pesquisa de Darcy Ribeiro, a política indigenista brasileira era bastante mutável. Do período pós-guerra em diante ela foi ficando cada vez mais ligada a política regional nacional e, infelizmente nesses últimos decênios não tem mudado muito para melhor, a exemplo disso é o número resumido de etnias e o amparo que elas têm do Poder Público.

¹⁰ Darcy Ribeiro, "Brazil's India Frontier", *Américas*, 6 n° 3 (Washington, D.C. 1954, p.18).

2.6 Os Karajá e a Cultura Urbana

“Os povos indígenas são sociedades viáveis e contemporâneas, com complexos modos de vida, assim como com formas progressistas de pensamento que são muito pertinentes para o mundo atual”

(CORY, 1994)

Os Karajá têm tentado viver a sua cidadania por meio de organização em associações, entre as quais se destacam a Associação da Aldeia de Santa Isabel do Morro (TO), Missões Evangélicas Asas do Socorro, Novas Tribos do Brasil e a Associação da Aldeia Karajá de Aruanã (GO), que buscam atender às necessidades das aldeias, como educação, saúde, projetos alternativos de subsistência (criação de peixes, granja, hortas, barqueiros dentre outros) e participação política.

Em 1991, em convênio com a Universidade Federal de Goiás e FUNAI, o governo do estado do Tocantins estabeleceu um programa de educação indígena, que incluiu, entre outros grupos, os Karajá. Tal projeto atende a cinco escolas Karajá na ilha do Bananal com 23 professores e 425 alunos; cinco escolas Javaé com dez professores e 175 alunos e finalmente duas escolas Xambioá com quatro professores e 85 alunos (RIBEIRO, 1997).

Assim, alguns Karajá já têm tido acesso às escolas agrícolas (um formado e outros três em formação), Ensino Médio e faculdades. O Ensino Médio, geralmente é cursado em cidades mais desenvolvidas mais próxima da aldeia de Santa Isabel do Morro, ou em Aruanã, cuja escola é contígua à aldeia. Em 1998, nove membros do subgrupo Karajá passaram no vestibular da Fundação Universidade do Tocantins para os cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Agronomia e Biologia. A maioria desistiu, ficando apenas um, pois alegaram a grande distância de suas aldeias. No mesmo ano, Samuel Karajá, da Aldeia de São Domingos, bacharelou-se em Direito em Goiânia e assumiu um lugar de liderança em sua aldeia. Desta maneira, os Karajá começam a se qualificar no ensino superior para reivindicar seus direitos e intervir, por meio do Ministério Público Federal, em assuntos que lhe dizem respeito, como a demarcação de suas terras e a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia. (Em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/tribos-indigenas-brasileiras/karaja.php>> Acesso em: 10/08/2012).



Figura 7 – Portaria da entrada da Aldeia (Loja de artesanatos indígenas)
 Fonte: Autor da pesquisa, Mozart Junior

Entre os principais problemas de saúde que afetam os Karajá relacionam-se os efeitos nocivos da bebida alcoólica, drogas, tuberculose, desnutrição, considerável índice de mortalidade infantil, malária e às vezes problemas de natureza mental. A FUNASA, órgão ligado a Fundação Nacional da Saúde, é que coordena todas as ações de prevenção e de tratamento da saúde.

A Constituição de 1988 inaugurou no Brasil a possibilidade de novas relações entre o Estado, a sociedade civil e os povos indígenas, ao superar, no texto da lei, a perspectiva integracionista, e reconhecer a pluralidade cultural. Em outros termos, o direito à diferença fica assegurado e garantido, e as especificidades étnico-culturais valorizadas, cabendo à União protegê-las.

Desse modo, a substituição da perspectiva corporativista, pelo respeito à diversidade étnica e cultural é o aspecto central que fundamenta a nova base de relacionamento dos povos indígenas com o Estado. Desde 1988, inúmeras normas legais (Decretos, Portarias, Diretrizes, Resoluções...) vêm sendo feitas, com destaque à problemática da escolarização indígena, no sentido de buscar certa coerência com o Texto Constitucional.

Pela primeira vez na história da legislação educacional brasileira, esse tema figura na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com dois artigos específicos (78 e 79). A própria Constituição, em seu artigo 210, parágrafo 2º, já assegura, além do uso das línguas indígenas, o direito aos processos próprios de ensino aprendizagem.

As etnias Karajá da aldeia de Buridina presenciaram seus territórios tradicionais aos poucos serem reduzidos ao ponto de, até muito recentemente, terem sido confinados a um pequeno conjunto de casas à beira de um barranco que está sendo aos poucos erodido pela ação do rio Araguaia¹¹.

Mesmo com todos esses avanços em direção a uma melhora e igualdade dos povos indígenas, com relação à sociedade dos brancos, fica ainda muito a desejar, por exemplo, deve haver mais ação política voltada para as nações indígenas brasileiras, mais respeito e ações afirmativas.

Entende-se que, viver numa aldeia indígena dentro de uma área urbana localizada em um pólo de turismo e da produção de rebanho bovino de Goiás é, na verdade, um grande desafio. Sobreviver das atividades tradicionais de caça e pesca, coleta e roçados em um território diminuto, fragmentado e solapado pelo desmatamento com alagamentos anuais, é igualmente, uma grande complexidade. Esta é a condição de vida atual dos habitantes Karajá. Então, tem-se aqui, a sobrevivência desta etnia Karajá de Aruanã Goiás, no século XXI, que sem sombra de dúvida, constitui-se resumidamente nestes desafios (ROCHA, 1998).

¹¹ Revista Mosaico, v.1, n.2, p.123-132, jul./dez., 2008



Mapa 5 – Mapa dos rios Araguaia e Tocantins

Fonte: (Disponível em:<www.google.com> acesso em 10/11/2011).

À beira do Rio Araguaia, que divide, neste ponto, os estados de Goiás e Mato Grosso, seu curto espaço se vê limitado pela malha urbana que a circunda: a leste, uma importante avenida da cidade; a norte, pousadas e mansões de veraneio; a sul, o centro de Aruanã. Como num minúsculo bairro, passar da aldeia para a cidade é dar um passo através do portão: do meio fio para lá está um mundo de outros.



Figura 8 – Vista aérea da cidade de Aruanã
Disponível em:<www.google.com> acesso em 10/11/2011.

Assim, a aproximação com a cidade afeta a biodiversidade e ao ser afetada, abala a produção artesanal, atividade mais importante de sustento indígena, tradicionalmente elaboradas a partir dos recursos naturais da fauna e flora. A redução da biodiversidade modifica os fundamentos da vida indígena e esses por sua vez reelaboram estratégias de sobrevivência. A produção artesanal, então ganha novos elementos tanto provenientes de outros biomas como da cultura não indígena num processo criativo que revela as estratégias do grupo diante da ausência dos recursos naturais do Cerrado usados tradicionalmente nos objetos de sua cultura. Mostra também o enfraquecimento e distanciamento cada vez mais das raízes, tão importantes a continuidades desses povos.

CAPÍTULO III

POVOS KARAJÁ DE BURIDINA

3.1 Karajá

“Eram os mais lindos dos numerosos índios que, até então, eu tinha visto em diversas partes da América do Sul. Não só muitos homens, mas também várias mulheres eram relativamente altas, unindo isso a uma esbelteza rara entre tribos deste continente”. (Baldus (1948) referindo-se à visita que fez aos Karajá da aldeia de Santa Isabel do Morro, na ilha do Bananal, em 1935).

Autodenominação: INỸ Mahadu “nós”, “humanos” (LIMA FILHO, 1999).

Os grupos Inỹ ocupam imemorialmente a calha do rio Araguaia, e não há registros históricos (nem orais nem escritos), nem nas narrativas míticas, de que tenham vindo de outra região (cf. Lipkind, 1948: 176). O mito original desta nação (op.cit.) narra como os primeiros humanos que saíram do mundo subaquático (berahatxi)¹² para o mundo de fora, já no Araguaia.

Os Karajá são conhecidos também por: Ynã, Carajá, Chamboiá ou Xambioá. Carajá ou Karajá vem do Tupi e, provavelmente, significa “macaco grande”, usado pelos brancos desde o século XVI em outras formas e em sua forma atual no século XIX.

Os Karajá, Javaé e Xamboiá são três povos relacionados por língua e cultura. Os Karajá moram em oito aldeias. Os Javaé, que se chamam Karajá do Meio (o meio do rio), moram também em oito aldeias. Os Xamboiá se chamam Karajá de Baixo (rio abaixo) ou do Norte e moram em duas aldeias. Xambioá significa “pássaro veloz” (o número das aldeias varia conforme a fonte).

Assim, os Karajá também são conhecidos como ibo(k) o mahadu. Os Javaé, ocupando uma posição intermediária nesse esquema, são conhecidos também como itya mahadu, “o povo (mahadu) do meio (tya)”. Apesar dessas diferenças internas e nomenclaturas iguais

¹² Patrícia - A tradução literal do termo e “o anus/as nádegas (hatxhi) do rio (bera [bero])”. O significado da expressão e que esse patamar do cosmos não se localiza dentro ou no fundo do rio, mas em baixo ou por trás de seu leito (Rodrigues, 2008; Toral, 1992). Assim, algumas versões desse mito dizem que os Inỹ saíram não de dentro do rio, mas “de baixo da terra” (cf. Donhanue, 1982: 36). “Dentro do rio”, como no caso de um objeto que cai na água, se diz berat.yu

usadas para outras tribos, todos os grupos se reconhecem como Iny, e há, de fato, poucas diferenças entre eles.

3.1.1 Os Mitos

São muitas as definições para o substantivo “mito”. Para Cabral (2007) mito são relatos transmitidos por tradição. O relato é considerado como histórico. Expressão das crenças de um povo em relação à criação do homem, do universo, da vida e da morte dentre outros. Sendo assim, pode-se definir o mito pelas suas funções, tais como: função de contar - revelar - explicar (p.285).

A função de contar consiste em narrar uma história sagrada, um fato importante ocorrido no tempo primordial, no tempo fabuloso do começo das coisas. Eliade (1972 apud. Silva e Rocha, 2006) define o mito como uma história acontecida, um relato em que os deuses ou seres sobrenaturais fizeram nos princípios dos tempos. Assim, o mito retoma sempre à origem das coisas. É interessante também registrar aqui que o relato mítico possui caráter de verdade absoluta, real e indiscutível.

A função de explicar refere-se à tentativa de esclarecer um acontecimento que ocorreu nos tempos primordiais. Para Eliade op.cit. o mito relata, graças, as façanhas dos deuses, como uma realidade que chega até nós, seja a realidade total, o Cosmo, ou somente um fragmento dela. Portanto, o mito é sempre a narrativa de uma criação. Conta como alguma coisa foi criada, e como começou a ser.

A função de revelar, o mito torna conhecido do ser, revela o deus e por isso pode ser apresentado como uma história sagrada de uma determinada sociedade. Ele só existe encarnado numa tradição de um povo.

Entre os Karajá, os mitos requerem uma situação de formalidade para serem narrados já que somente os indígenas considerados narradores têm permissão de fazê-lo. O lugar da narração dos mitos também é definido tradicionalmente, acontecendo sempre no kube (lugar de narrar mitos), pátio em frente à casa do narrador/narradora (OLIVEIRA, 2006).

Os Karajá de Buridina têm uma forte ligação com a cultura de mitos. E, talvez seja essa forma mais rápida e de entendimento mútuo para um branco ganhar a confiança de um

indígena, seja por meio das coisas importantes para eles, e os mitos são de grande relevância para esse povo.



Figura 9 – Iraburè-my ijyy
Fonte: Silva, Maria do Socorro Pimentel da, 2009.

Assim, os mitos constituem-se de narrativas que expressam o conhecimento que o homem tem de si e do mundo que o cerca, apresentando temas variados, como, por exemplo, a origem do próprio homem na Terra, sempre entendidos como verdades que o são, já que espelham as crenças, medos, expectativas e maneiras de pensar das pessoas.

A origem do homem aqui no planeta terra, sendo ele indígena ou não, pode ser entendida dentro de um olhar e contexto de saber cultural, por meio de histórias, mitos, crenças, danças, ritos, enfim, práticas culturais que remetem o homem de hoje, a seus antepassados e sua própria história de origem.

A mitologia é uma forma muito rica e importante de preservar e levar a cultura de geração a geração. Ela é constituída de narrativas que expressam o conhecimento que o homem tem de si mesmo e do mundo. A mitologia é bastante rica em sua temática; contam desde a formação do universo e a origem dos deuses, dos homens até pequenas disputas entre os deuses e entre os homens. Os mitos apresentam-se como verdades e o são, já que espalham as crenças, os medos, o pensamento das pessoas e suas expectativas.

Malinowski (1925) pesquisador dos costumes dos Papuas das ilhas de Trobriand, na Oceania, percebeu que o mito, entre esses indígenas desempenhavam funções práticas, como as de manter as tradições e continuidade da cultura tribal, buscando toda ajuda necessária nos deuses. Para este pesquisador, o mito codifica o pensamento, reforça a moral, propõe regras de comportamento e sanciona os ritos, além de racionalizar e justificar as instituições sociais (SILVA; ROCHA, 2006, p.13).

Assim, o mito é enfocado, com base na sua função pragmática, como instrumento de manutenção dos fatores econômicos e sociais. Não é, uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da sabedoria prática e especializada.

Para Lopes (1994), o mito é vivo, já que ele é, ao mesmo tempo, produto e instrumento de reflexão sobre o mundo, a sociedade e a história. Ele é, portanto, parte da história viva de um povo. Se não fosse assim, perderia o sentido, estaria fossilizado, seria reminiscência e não memória de experiências vividas que ligam o passado ao presente na construção do futuro.

3.1.2 Estudos sobre os Karajá

Diante da riqueza, beleza e contribuição dos povos Karajá para a história e memória brasileira, são muitos os estudiosos, pesquisadores, antropólogos e missionários estrangeiros e nacionais que se interessam e escrevem sobre os Karajá. Assim como viajantes se interessassem por realizar estudos sobre esse povo, desde o início do contato, entre os quais mencionou Herbert Baldus, que apesar de se dedicar mais ao estudo dos Tapirapé, em 1935 e 1947, visitara os Karajá e escrevera três artigos incluindo os dados que colheira entre eles. Na obra “Mitologia Karajá e Tereno” os mitos dos Karajá ocupam a maior parte do trabalho. Donahue, em 1982, e Bueno, em 1975, realizaram etnografias das aldeias Karajá de Macaúba

e Barra do Tapirapé de modo que, povos e cultura karajá têm sobrevivido às duras penas, com proximidade com a cultura dos povos não índios.

Em 2004, Maria Paulina A. Wiel de Barros e, em 2007, Sandra Maria La Torre Lacerda Campos escreveram teses de doutorado pela PUC-SP sobre as Bonecas Karajá.

Deste modo, os Karajá por meio da cerâmica expressam ideias sobre a vida e a sociedade e, são as mulheres que fazem as peças de bonecas, transmitindo assim para as crianças da aldeia os diferentes significados presentes em cada peça.

Conforme Ramos,

“tradição é um conjunto de significados - crenças, valores, saberes – que um povo construiu e vai transformando de geração em geração. É esse processo de revitalização constante da tradição que dá a cada povo indígena a força e o respaldo mental e emocional para continuar a preservar a sua especificidade étnica em meio a todas as vicissitudes que advêm do contato nacional que o rodeia” (RAMOS, 1986).

Além disso, o ato de criar e continuar a fazer as figuras de cerâmica é exemplo de comportamento, uma linguagem que estabelece uma comunicação que faz parte da cultura desse povo. Deste modo, o ofício e os modos de fazer as bonecas são uma referência memorial significativa dos Karajá e às vezes a única ou a mais importante fonte de renda das famílias.

As figuras de cerâmicas são chamadas na língua nativa feminina de ritxòkó e na masculina de ritxòè; para sua confecção são usadas técnicas tradicionais ensinadas pelas mulheres Karajá mais velhas, que transmitem às crianças a técnica, utilizando argila ou barro e a cinza como antiplástico. Para criar os ritxòkó extrai-se e prepara o barro, dando-lhe formas. Em seguida leva para queimar e pintar envolvendo um processo de conhecimento que se inicia na seleção e coleta do barro até a pintura e decoração. Além disso, a pintura e decoração das cerâmicas estão relacionadas com a tradição.

Assim, ao indicar gênero, idade e status social, a pintura e os complementos decorativos concernem à representação figurativa das bonecas, que demonstram o Karajá homem ou mulher, jovem ou velho, solteiro ou casado, com atributos que a cultura cria para diferenciá-los convencionalmente dessas categorias.

De sorte que, as bonecas são consideradas representações culturais que transmitem significados sociais altamente importantes. Uma vez que, com sentidos mitológicos, de

rituais, da vida cotidiana e da fauna, elas são instrumentos de socialização das crianças que veem nesses objetos e aprendem a ser Karajá. Logo, as bonecas karajá expressam aspectos da identidade do grupo, simbolizando diversos planos de sua sociocosmologia.

Assim, as contribuições de La Torre e de Campos foram de grande importância para melhor conhecimento sobre a vida cotidiana das mulheres Karajá, que passaram nos últimos anos a contribuir com a vida familiar. As Bonecas Karajá que serviam apenas para a transmissão de saberes, atualmente assumiram a função de gerar renda.

Sem contar que, as bonecas Karajá fazem parte do acervo de vários museus no país e, são procuradas como objetos de decoração e comercializadas junto a turistas e lojas de artesanato locais, regionais e nacionais. Contudo, devem ser compreendidas além da sua expressão material, isto é, desde a sua confecção, desempenham um papel importante na reprodução cultural do seu povo.

3.1.3 População

Karajá 3.000, Javaé 1.450 (em 2009). FUNASA: Xamboiá (Karajá do Norte) 269 (2006). ISA: 3.600 (1999), 919 Javaé (2000, ISA). Instituto Antropos (2008): Karajá: 2.500, incluindo Javaé: 919 e Xamboiá: 188. MNTB: 1.900 Karajá com 352 na aldeia de Macaúba.

3.1.4 Buridina

Buridina é a nomenclatura da aldeia karaja incrustada no centro da turística da cidade de Aruanã – Goiás a beira do rio Araguaia, marca divisória dos estados de Goiás e Mato Grosso.

3.1.5 Demografia

Aqui, pode-se ter uma ideia mais clara dos números populacionais dos grupos de língua Karajá a partir dos seguintes anos e dados:

Apesar do contato intenso com a sociedade branca, tem-se registrado um aumento populacional dos Karajá nos últimos decênios, que continuam residindo no território tradicional. As aldeias de cada subgrupo estão distribuídas da seguinte maneira:

População Karajá				Ano	Fonte
Karajá	Javaé	Xambioá	TOTAL		
---	---	---	7,000 to 8,000	1775	Fonseca 1920
815	---	---	---	1908	Krause 1908: 238
795	---	---	---	1939	Lipkind 1948: 180
1.406	---	---	---	1980	Toral 1992: 27
1.588	---	---	---	1990	Toral 1992: 41
1.900	750	250	2.900	1995	ISA 1996: vii
±1.500	±841	202	±2.593	1997	Braggio 1997

Tabela 1 – População Karajá
Fonte: LIMA FILHO, Pag. 325

O subgrupo Karajá é formado pela comunidade de Aruanã (GO) que tinha aproximadamente 50 pessoas (dados mais recentes indicam que esta aldeia recebeu mais alguns Karajá motivados pela demarcação da terra, totalizando aproximadamente 70 pessoas), pelas aldeias Santa Isabel do Morro, Fontoura, Macacúba e São Raimundo, no oeste da ilha do Bananal, por aldeias menores como São Domingos e também duas aldeias pequenas próximas ao rio Tapirapé, além de pequenos grupos depois da ponta norte da ilha, totalizando aproximadamente 1.500 pessoas (BRAGGIO, 1997).

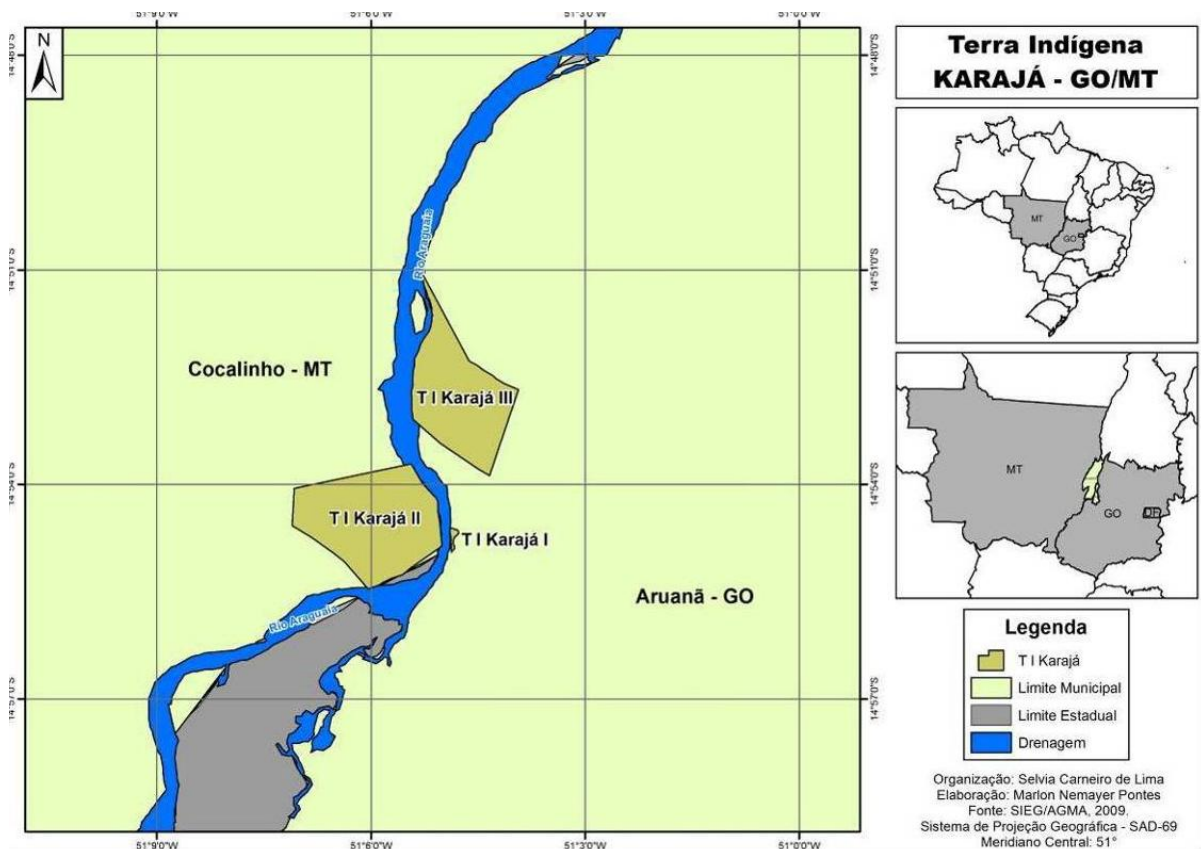
O subgrupo Javaé, nas margens do Rio Javaé (braço do Araguaia que contorna a margem oriental da ilha do Bananal) e no interior da ilha, tinha por volta de 841 pessoas no ano de 1997, distribuídas em seis comunidades nos municípios de Formoso do Araguaia, Cristalândia e Araguaçu (Braggio, 1997).

O subgrupo Xambioá tinha, no mesmo ano, duas aldeias com 202 indivíduos (Braggio, 1997), no baixo Araguaia. Dados da FUNASA de 2006 revelam um total de 2.532 Karajá (FUNASA, 2006).

3.1.6 Localização Geográfica

Na Lenda karajá, o povo Iny é o povo saído das águas e o rio Araguaia é sua origem como também o seu território. Toda vida emana do rio: os deuses criadores, os rituais de passagem e de iniciação, o alimento como também a alegria.

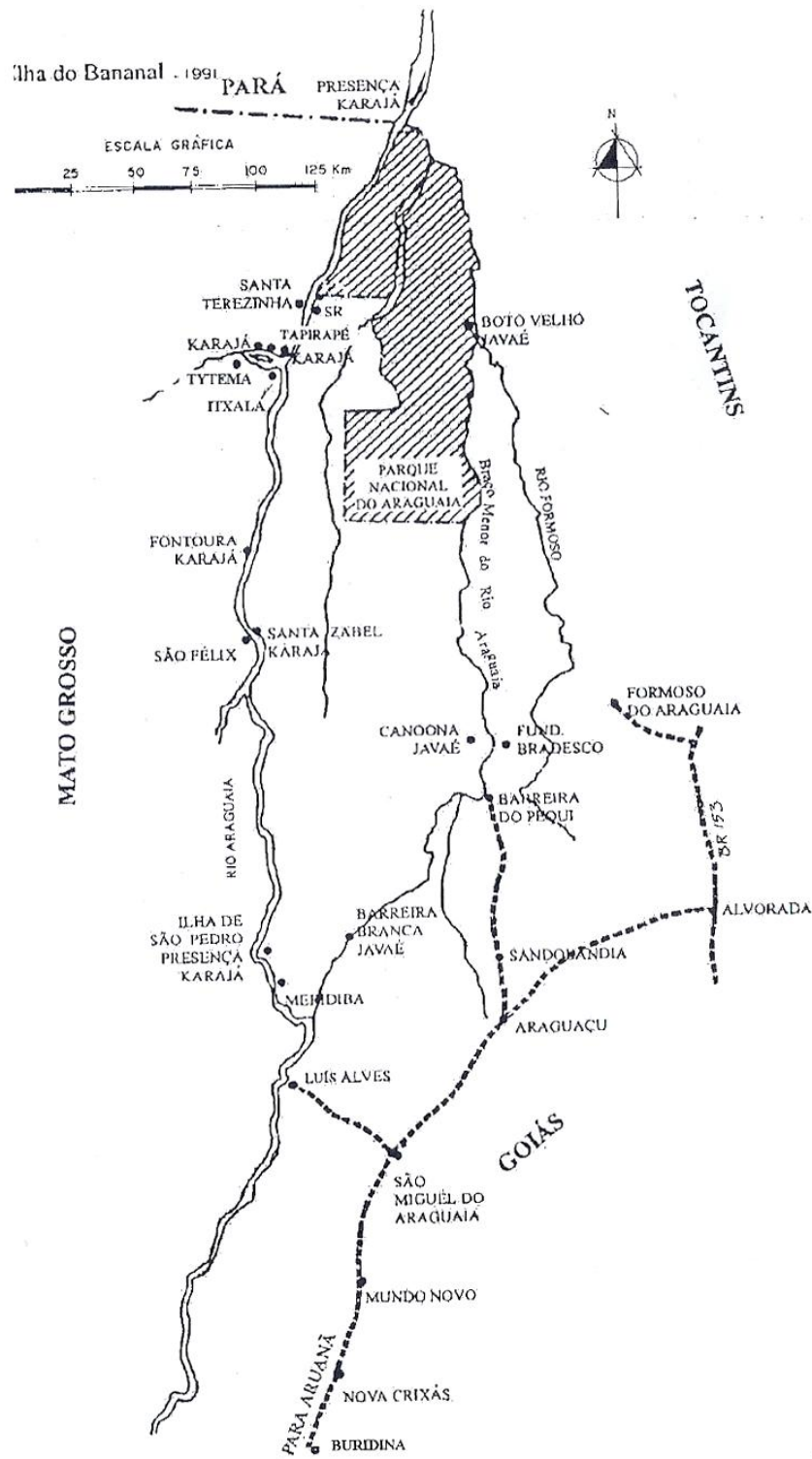
Assim, geograficamente os Karajás habitam a extensa região do Vale do Rio Araguaia, nos Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, com maior número de aldeias localizadas na Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo.



Mapa 6 - A Localização das Terras Indígenas Karajá de Aruanã I, II e III – GO/MT
Fonte: SIEG/AGM, Sistema de Projeção Geográfica, 2009,

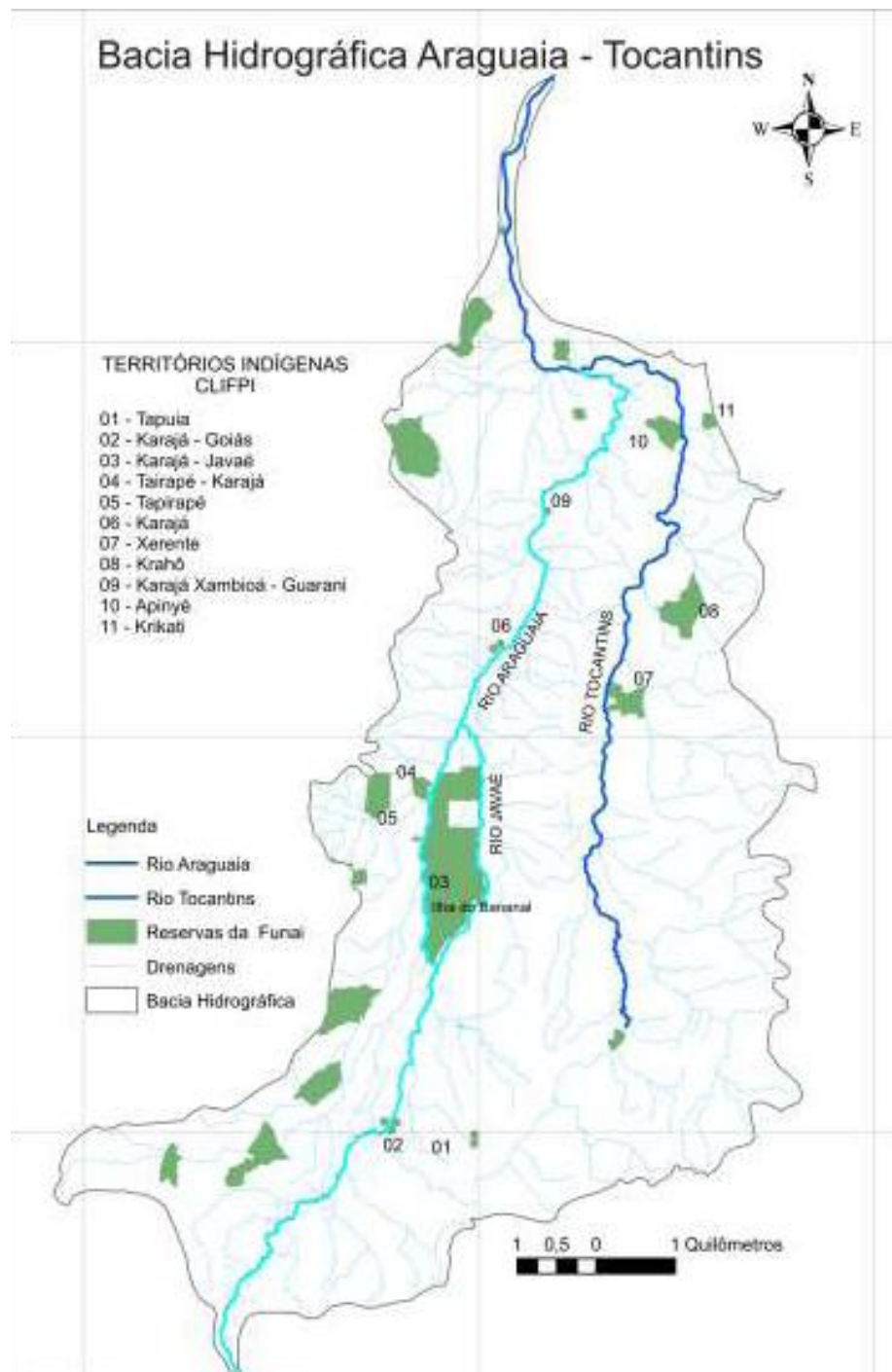
Os Karajá de Burdina de Aruanã possuem íntima relação com o rio Araguaia, sendo que entre eles nasce o mito do surgimento de sua etnia; são das belas águas deste rio piscoso e caudaloso, que surge, e, ao mesmo tempo move a sustentabilidade dos Karajá.

Atualmente, o povo Karajá vive em 15 aldeias, todas situadas às margens do rio Araguaia, desde Aruanã, Goiás, até Santana do Araguaia, na divisa do estado do Tocantins com o Pará. Vivem em contato permanente com a sociedade não indígena (SILVA, 2009, p. 42).



Mapa 7 – Localização das Aldeias Karajá e Javaé Fonte: FUNAI, 2007.

A tribo Karajá de Aruanã, conforme o professor Dr. Manoel Ferreira Lima Filho foi, descoberta em duas frentes de contato; A primeira é representada pelas missões jesuítas da Província do Pará e a segunda frente de contato está relacionada com as bandeiras paulistas rumo ao Centro-Oeste e Norte do Brasil com a expedição de Antônio Pires de Campos, que se estima ter ocorrido entre os anos de 1718 a 1746.



Mapa 8 - Territórios Indígenas da CLIFPI na “região” Araguaia – Tocantins.
Fonte: ALMEIDA (2003).

Assim, esses habitantes seculares das margens do Rio Araguaia nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, têm uma longa convivência com a Sociedade Nacional, o que segundo (LIMA FILHO, 1999), não os impediu de manter costumes tradicionais do grupo como: a língua nativa, as bonecas de cerâmica, as pescarias familiares, os rituais como a Festa de Aruanã e da Casa Grande (*Hetohoky*), os enfeites plumários, a cestaria e artesanato em madeira e as pinturas corporais, como os característicos dois círculos na face. Ao mesmo tempo, buscaram a convivência temporária nas cidades para adquirir meios de reivindicar seus direitos territoriais, o acesso à saúde, educação bilíngüe, entre outros (LIMA FILHO, 1999).

Devido às boas condições de navegabilidade do rio Araguaia, a aproximação da cultura branca (bandeirantes e jesuítas) no final do século XVII e início do século XVIII não foi tão difícil. Esta aproximação segundo Ribeiro (1999) acentua-se em meados do século XIX com a abertura de uma linha de navegação a vapor no rio Araguaia, pelo general Couto de Magalhães, que funcionou por quase vinte anos (op.cit. p. 92).

Para LIMA FILHO (1999), mesmo em contato com a cultura dos não índios os Karajá preservam muitos de seus costumes tradicionais como a língua nativa, as bonecas de cerâmica, pescarias familiares, rituais, cestaria (que é uma ajuda financeira importante) e pinturas corporais como os característicos dois círculos na face.

Os Karajá de Aruanã se autodenominam de *Buridina Mahādu*, cujo significado voltado para a língua europeia vem a ser “povo ou turma de *buridina*” e a cidade de Santa Leopoldina, hoje Aruanã.

São pertencentes do tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três subgrupos: os Javaé, os Xambioá e os Karajá propriamente ditos (op.cit.).

As aldeias dos subgrupos Karajá e Xambioá estão às margens do Araguaia; as dos Javaé ficam às margens do rio Javaés, um braço menor do Araguaia que contorna a parte leste da ilha do Bananal, no Tocantins. Apesar da distância geográfica entre as aldeias dos três subgrupos, eles são considerados um só povo, pois têm os mesmos valores e costumes, e a mesma língua (SALERA JÚNIOR, 2006).

Estes povos tinham suas vidas marcadas pelo ritmo do rio. Durante a estação seca, acampavam em suas margens alimentando-se de peixe, de ovos e tartaruga, que na época tinha em abundância; durante o período das cheias, migravam para o interior onde se dedicavam ao cultivo de roças (MELATTI, 1970).

Assim, as referências detalhadas acerca dos Karajá de 1773, estimados em nove mil indivíduos distribuídos por nove aldeias. Um ano depois, com o intuito de facilitar a navegação, os Karajá foram aldeados em Nova Beira e Pedro III ou Carretão. Essas mudanças foram bastante prejudiciais a esses povos (ROCHA, 1998, p.36). Novos hábitos impostos pelos não índios levaram a uma drástica redução populacional.

CAPÍTULO IV

FESTIVIDADES, MITOS E RITUAIS KARAJÁ

Pretende-se no quarto capítulo falar sobre a história, festividades, mito e rituais Karajás que aos poucos se viram encurraladas e quase destruídas por um núcleo urbano, a cidade de Aruanã Goiás. Os Karajá se subdividem em Karajá, Javaé e Xambioá (op.cit.) que fazem parte de uma mesma família linguística. Este povo se autodenomina INY. Tradicionalmente, o seu território estende-se por toda a região do vale do Rio Araguaia abrangendo os estados de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará. Atualmente vivem em 29 aldeias que se estendem de Aruanã GO (aldeia de Buridina) até Santana do Araguaia na divisa de Goiás com o Pará, porém esta pesquisa é voltada especificamente para os Karajá da Aldeia de Buridina



Figura 10 – Hāriri-my ijyy
Fonte: Silva, Maria do Socorro Pimentel da, 2009.

4.1 Um Olhar Segundo a Mitologia

É importante uma análise, mesmo que não tão profunda a respeito do universo mitológico dos Karajá, antes mesmo de qualquer entendimento a respeito dos mitos existentes em sua cultura. Como esse povo se relaciona com a multiplicidade dos símbolos? Suas crenças e culturas têm sido passadas? A aproximação com o mundo dos brancos tem trazido prejuízos no sentido de continuidade desta cultura? Procura-se responder aqui com as contribuições de alguns teóricos que apresentam o universo Karajá e como este, funciona (LIMA FILHO, 1991, p.260).

Um Karajá, quando ele já tem o entendimento de “ser” pertencente ao mundo ele se fortalece com muitos símbolos de significância e de importâncias variadas, como é entendimento do próprio corpo, do espaço “terra” que vive, da importância dada à natureza, da questão dos laços parentais, da morte e da vida espirituais dentre outras questões também importantes. Eles também têm consciência das consequências dos contatos com os povos não índios que lhes trouxeram a doença, até então desconhecida, o alcoolismo, o uso de entorpecentes dentre outras práticas.

Além disso, tem-se na cultura karajá, uma infinidade de símbolos que evocam mensagens significativas para melhor compreensão das relações sociais e cerimoniais, que são tão importantes para a vida karajá. Vitor Turner escreveu sobre esse assunto:

“Each culture, each person within it, uses the entire repertoire to convey messages: Manual de gesticulations, facial expressions, bodily postures, rapid, heavy, or light breathing, tears, at the prescribed silences, synchronized movements such as marching, the moves and ‘plays’ of games, sport, and Ritual, as the cultural level” (TURNER, 1982, p.9).

No olhar reflexivo de Darton, talvez, as ideias de Turner fiquem mais claras:

“... nós pensamos o mundo da mesma maneira que falamos sobre ele, estabelecemos relações metafóricas. As relações metafóricas envolvem signos, ícones, metonímias, sinédoques e todos os outros recursos da maleta de truques de retórica” (DARTON, 1990, p.289).

Assim, esse é o mundo e entendimento karajá, a respeito da vida, das coisas que cercam o seu cotidiano, de sua cultura, da religiosidade, dos relatos mitológicos como também do entendimento dessa nação indígena a respeito de família e hierarquia. Assim, mostra-se aqui um pouco do mundo dos filhos do Araguaia. (LIMA FILHO, 1991, p.270).

4.2 Religiosidade Mítica Karajá

Kynyxiwe para os Karajá é um homem jovem, forte, um ser especial igual a um guerreiro Karajá ¹³. Kynyxiwe é associado pelos Karajá como um Deus, que tem poderes transformadores; é o criador do mundo e em alguns mitos é travestido de Karajá e tem um comportamento alegre e arteiro (TAVEIRA, 1982, p. 33).

O Mito da Criação do Mundo (Mito 1)

(Narrado por um hyri (xamã))

Aruanã era um peixe que vivia nas profundezas do rio Araguaia. De vez em quando subia às margens do grande rio, e contemplava a vida humana. Seu ser aquático enchia-se de tristeza, pois pensava que a verdadeira felicidade estava no cheiro do ar, na beleza da terra. Sentia-se perdido e infeliz em viver nas águas e ser um peixe. Sonhava um dia ser transformado em homem e correr pela terra seca.

Na festa do Boto, o senhor das águas, realizada nas profundezas do Araguaia, todos os seres aquáticos participavam felizes. Lá estavam a bela Iara e a sua irmã Jururá-Açú, deusa das chuvas, e todos os peixes e habitantes do grande rio, numa alegria radiante. Só Aruanã mostrava-se infeliz, a sentir-se estranho àquele mundo, a lamentar ter nascido no rio e jamais poder respirar o ar.

Ao sair da festa do Boto, Aruanã nadou, nadou, subindo sempre na direção da superfície das águas. Num ímpeto de coragem e determinação em sentir o aquecimento esplêndido da força do Sol

¹³ A identidade de Kynyxiwe na maioria dos mitos Karajá é de um jovem forte igual a descrição acima citada, porém Baldus publicou um mito no qual Kynyxiwe apresenta-se como um rapaz pequeno (BALDUS, 1960, p.115,116).

sobre a Terra, ele pôs a cabeça de fora das águas. Quase a sufocar com o ar, falou com todas as suas forças de peixe sonhador em busca da felicidade:

-Grande Tupã, senhor da vida e da natureza na água nasci, mas nela não quero morrer. Se peixe é o meu corpo, meu coração é humano. Tira-me das águas que me faz infeliz e sem sentido, dá-me o ar como forma de pulsar e a condição de homem como realizador da vida.

As palavras de Aruanã saíram tão veementes, que Tupã percebeu o verdadeiro destino do valente peixe e a essência da sua alma. Compadecido, o senhor das matas desceu às profundezas do rio Araguaia, arrebatando de lá o infeliz peixe. Voou com Aruanã, que não podendo respirar, debatia-se no ar. Por fim, Tupã deixou-o no campo, sob os raios intensos do Sol e das brisas suaves dos ventos.

Aruanã debatia-se sobre a relva, pensando que iria sufocar. Não amaldiçoou Tupã, pelo contrário, mesmo sem conseguir respirar o ar da Terra, agradeceu por aquele momento final, iria morrer longe das águas, como sempre sonhara. Fez um louvor ao deus e cerrou os olhos, à espera da morte e da felicidade alcançada. Comovido, Tupã iniciou a metamorfose do peixe. Em vez da morte, Aruanã viu as escamas transformadas em pele, revestida de pelos suaves que a brisa contornava em desenhos; braços e pernas musculadas davam-lhe o aspecto viril. O ar finalmente chegou-lhe aos pulmões. Sentiu o cheiro da Terra. Olhou emocionado para o seu corpo e sorriu feliz, já não era um peixe, e sim um homem, forte e belo.

-Provaste que tens um coração grandioso e valente. – Disse-lhe Tupã. – Serás um grande guerreiro entre os homens; pai da mais sábia das tribos. Aruanã peixe foste, Aruanãs há de te chamar como homem. Vá, cumpra o teu destino de homem guerreiro!

Para saldar o belo e jovem Aruanã, as Parajás, entidades da justiça das matas, vieram e prestaram honras ao guerreiro. Deram a ele uma tribo e as mais belas mulheres. Unindo-se às mulheres, o jovem guerreiro gerou filhos e filhas, dando origem aos valentes Carajás, que formaram uma tribo de índios valentes a viver às margens do rio Araguaia. Todos os anos, por ocasião da Lua cheia, os Carajá

realizam o Ritual do Aruanã, prestando, por meio da dança e do canto, a homenagem justa ao pai da nação Carajá.

4.3 História dos Karajá do Fundo

O mito contado de pai para filho e de filho para filho transforma-se no espírito da realidade para os Karajá.



Figura 11 – Debò ijasò ijyy

Fonte: Silva, Maria do Socorro Pimentel da, 2009.

Quando Kÿnyxiwe criou tainahãkÿ (estrela d'alva) esticou seu dedo cheio de luz e falou para todos os Karajá:

-Essa estrela grande, a maior dos céus, pode pertencer a cada um de vocês. Vejam bem, eu dei o berohokÿ (rio Araguaia) para que vocês

vivessem no fundo do rio. Vocês não quiseram morar lá onde estariam livres de todos os perigos e dores. Não faz mal. Fiz o grande o Sol para aquecer o frio e embranquecer as praias, para chocar os ovos das tartarugas, colorir as folhas das árvores e as asas dos colhereiros. Depois dei a todos vocês a lua para embelezar a solidão da noite e ajudar as viagens de todas as canoas. Agora com tainahãkÿ é diferente. Ela é muito maior do que qualquer outra estrela, não é?

-Ela maior, sim, Kÿnyxiwe.

Kÿnyxiwe sorriu dentro de toda a sua bondade.

- Eu sei. Quando vocês tiverem de fazer a "última" das viagens devem olhar para ela e falar de coração:

- Bom dia, estrela grande. Eu vim de longe para viver nos seus grandes rios, nas suas selvas lindas, longe do perigo, da dor e na casa da paz. Entenderam? Todos concordaram, mas alguém perguntou:

- E o Araguaia com seu fundo lindo, não voltaremos lá?

Kÿnyxiwe balançou a cabeça tristemente. -Vocês não o quiseram. Terão de acreditar em mim e viajar para a estrela grande. Agora, adeus! Cruzou todos os dedos de luz no peito e desapareceu (LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Hetohoky: um rito Karajá. Goiânia: Editora da UCG, 1994. v. 1. 183p)

Depois que tudo foi criado pelo deus Kynyxiwe outros mitos trazem informações também importantes de como os Karajá vêm e classificam o mundo.

(Mito 3)

Antigamente, os Karajá moravam no fundo do rio Araguaia. E no fundo rio havia muito frio, que chegava a morrer de uma a três pessoas por dia. O chefe dos Karajá do fundo do rio mandava seus guerreiros, os “ijoi”, para procurarem um lugar de clima melhor para que eles mudassem daquele lugar onde moravam. E assim, os guerreiros saíram a procura de um novo lugar, mas não encontram. Um certo dia, assim como todos os dias, eles saíram tanto para o lado oeste, como para o lado sul, o norte e todos os lados. Os “ijoi” saíram. Por fim um outro saiu por último. Ele saiu na mesma direção que os outros ao lado do sul. No caminho, ele viu um outro caminho bem mais estreitos do que os outros. Ele seguiu em frente e encontrou um buraco. Parou em frente, ficou olhando e disse consigo: “eu vou entrar neste buraco ara ver o que vai acontecer comigo, ou vou morrer, ou volto vivo”. ele entrou no buraco e seguiu, seguiu, andou, andou mais um pouco, viu um clarão, continuou e logo sal no fundo do rio, saiu do buraco de pedra e logo viu um lugar agradável, com ar, sol e calor. Este mesmo ar que está correndo entre nós ele sentiu. Sentou-se na saída e disse: “Be! Que lugar bonito que achei, vou voltar para fora e sentir na pele essa beleza: as praias, os pássaros que voavam em sua volta como estivessem o saudando, dando-lhes boas vindas.

Então, na saída da pedra, ele deixou um pedaço de um pau qualquer, para não se perder da pedra, no caminho de volta para o rio. Saindo da toca da pedra, viu que estava no meio do lago, mas havia pedras que o levava até terra firme, no seco.

Na beira do lago, viu muitos patos e pássaros voando, assim como tuiuiu, colheiros, garças e outras aves a beira de um lago. Viu onças, veados, anta e capivaras. E assim viu outros vários animais. Viu também frutos silvestres que estava caído pronto para ser colhido e comido. Ele saiu andando e deparando com tudo que existe aqui na terra. Andando mais um pouco e saiu numa outra praia. Ele andou

mais um pouco e chegou ao rio Berohoky, o Araguaia, e disse “Ebe”! Que lugar! Lindo rio! Lindas praias! “Tirou uma palha e sentou-se na areia fazendo uma cesta comprida. ”vou levar as frutas para mostrar”, dizia ele consigo.

Chegando à sua toca, entrou no lugar da pedra, pegando o caminho de volta. Um pouco mais tarde dos outros chegarem, ele chegou e encontrou os seus colegas contando o que fizeram durante o dia, assim como todos os Karajá. Na casa dos homens eles reuniam e preparava a batalha para o outro dia.

Ao chegar ao grupo ele deu o grito de vitória “Wyhyrarò”. Ainda sem falar nada, os que estavam no pátio, disseram: “olha”?! O que foi que aconteceu com ele?! Será que ele está ficando doido?! Disseram os homens num tom de brincadeira, como todos os Karajá, no pátio, espaço dos homens se reunirem e decidirem tudo. Chegando perto do grupo, ele disse e mostrou as frutas que trouxeram “Oh! Turma! Estou muito contente, entrei num lugar muito lindo, vejam as frutas que eu trouxe de amostra para vocês.

Os homens não acreditaram em nenhuma palavra que ele dissera. Foi procurar então, o seu chefe que ouvira, mas não dava também atenção à história dele. Estou falando a verdade, por que trago essas frutas e venho até vocês? È por que tenho novidades para contar. Depois de muito tempo, convencido o chefe propõe que ele retornasse ao lugar e voltasse com um grupo de seis pessoas para todos falarem a verdade.

Imediatamente ele foi com o grupo, sem errar o caminho da toca de pedra, chegando entraram no buraco de pedra. ”Vamos entrar e não fiquem assustados e nem tristes por que vamos sair”. Todos entraram e saíram e realmente gostaram do viram e ficaram felizes. Não demorou e todos estavam de volta e o chefe falou para eles, por terem voltado muito rápido, que todos estavam mentindo. Passaram muito tempo tentando convencer o chefe, que só no início da noite ficou convencido e disse ao grupo: agora vai ser diferente, são seis pessoas

falando uma mentira. Portanto quero que todos os homens vão a esse lugar para que eu possa acreditar. Podem deixar que eu fico na companhia das mulheres.

No dia seguinte todos foram ao lugar combinado. Não demorou muito todos chegaram e começaram a apreciar a beleza do lugar. Logo voltaram e foram contar as novidades ao chefe. Tudo bem, agora um de você fica com as mulheres e eu vou com os demais conhecer esse lugar. Ao chegar o chefe resolveu ficar para ver a noite como seria naquele lugar. Passaram a noite contemplando as estrelas e gostaram também do clima da noite. E ordenou ao grupo para trabalharem com afinco para saírem do fundo do rio, pois lá era muito frio. De primeiro a ordem era severa, não era como as de hoje. Então eles fizeram tudo dentro de uns três a quatro dias terminando as tarefas foram buscar as suas famílias. Aqueles que saíam gostavam e os que vinham atrás de Kyboi vinham ansiosos.

O primeiro que saiu comandou o grupo, dizendo a todos o que cada um tinha que fazer uma canoa para fazer uso próprio na sua morada, porque não era bom um grupo grande, pois ficaria melhor para controlar e coordenar. Por isso se dividiram. Uns subiram o rio chegando até a cabeceira e outros desceram o rio, tendo hoje os de Xambioá, no norte e Burdina, no sul.

Os guerreiros andavam no interior da Ilha do Bananal e não encontravam nada de bichos ferozes, somente as onças, nem outros índios encontravam.

Assim o meu pai contava para mim quando eu era criança. Esse conhecimento adquirir do meu pai a tempos atrás. (SILVA; ROCHA, 2006, p.102).

4.4 Mito Karajá

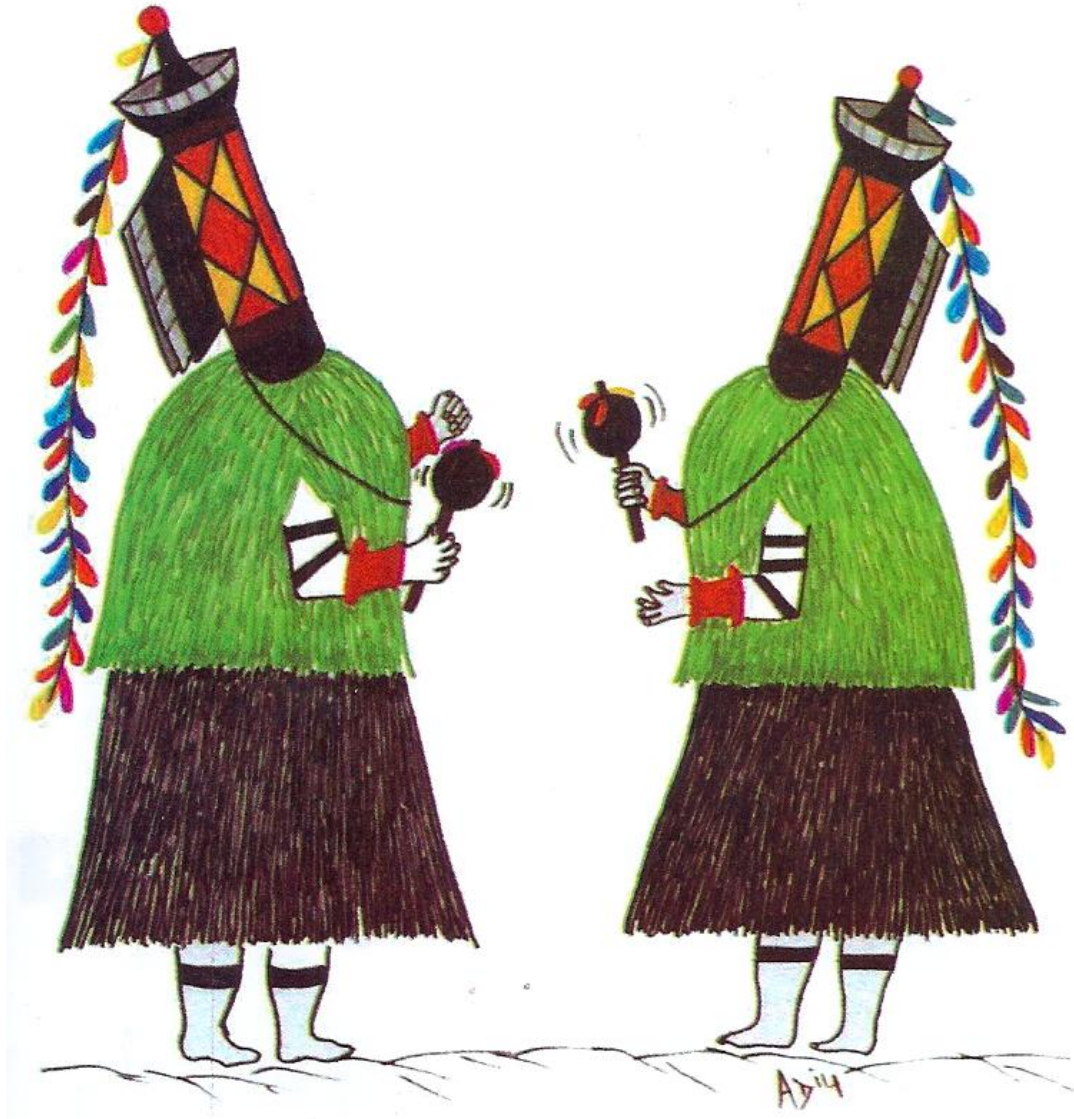


Figura 12 – Ijareheni-my lyy
Fonte: Silva, Maria do Socorro Pimentel da, 2009.



Figura 13 - O Peixe Aruanã

Fonte: Vladimir Kozak, Museu Paranaense. S.d. acesso em 12/10/2012.

(Mito 4)

“História de peixe aruanã (ijasò)” “Havia um jovem esperto no fundo do rio, o Ijasò, e ele saiu nadando, nadou, nadou, até que saiu na terra. Ele ficou deslumbrado com as belezas da terra: ‘Como é lindo isto aqui!’. Ele ficou encantado com as flores, com as árvores, com o céu azul de nuvens brancas e com os pássaros coloridos que voavam por todos os lados. Distraído, o jovem entrou em um rio e chegou no Araguaia. Sua admiração foi maior ainda. Diz que ele ficou

encantado com as belas e tranqüilas praias do rio. De repente, o jovem se assustou, sentiu que estava se transformando. Seu corpo foi crescendo e transformou-se em pessoa iny.

Transformado, ele pode correr na praia, sentir o perfume das flores, ouvir os pássaros cantando, coletar frutas, comer mel de abelha etc. Diz que, no auge de sua alegria, lembrou-se dos conselhos do pajé sobre o mundo aqui fora, sobre os perigos e a morte. Diz que ele pensou: “O que significa isso”? Resolveu tirar a limpo e voltou para sua antiga morada.

Quando caiu na água, transformou-se de novo em ijasò. Quando ele chegou à sua morada, já estava sendo esperado pelo velho sábio pajé, que lhe perguntou:

Aonde andou meu jovem?

Estava na terra, conheci um mundo novo.

O pajé exclamou?

Estamos perdidos! Nossas leis foram violadas. Kanyxiwe Deus vai retirar nossa imortalidade e vocês vão conhecer o sofrimento, o perigo e a morte.

O pajé não parava de afirmar:

Tudo lá fora é ilusão, a felicidade eterna está aqui.

Diz que todos os Ijasò ficaram encantados com o que foi narrado sobre a terra. Jovens e adultos quiseram vir para a terra e vieram. Não atenderam às advertências do pajé sobre a vida curta e falsa na terra.

Diz que, quando chegaram ao rio Araguaia, transformaram-se em gente e se adaptaram à nova vida. Ficaram maravilhados com as belezas da terra, até que aconteceu a primeira morte. Os Karajá foram morrendo um atrás do outro. Entraram em pânico. Lembraram das advertências do pajé.

Perguntaram ao (hàri tymara) pajé novo:

O que vamos fazer?

Diz que eles tentaram comunicar-se com os ijasò para pedir ajuda, mas não conseguiram. Diz que o pânico tomou conta dos Karajá e foi aí que eles se espalharam ao longo do rio Araguaia, formando pequenas aldeias.

Algumas famílias tentaram voltar às suas origens. Atiraram-se nas águas e transformaram-se novamente em peixe, mas não conseguiram ir até as profundezas de onde vieram, porque, na passagem para a volta, havia uma cobra. É por isso que os Karajá não matam o peixe aruanã, eles são seus parentes. “Esta é a história dos peixes aruanãs” (SILVA; ROCHA, 2006, p.78).

4.5 Rituais

O conjunto de crenças e valores espirituais dos povos Karajá se expressa por uma série de ritos que funcionam como o principal ordenador social e econômico do grupo (DONAHUE, 1986; TORAL, 1992).



Figura 14 – Rituais Karajá

Fonte: Aldeia Macaúba, Aruanã, Ilha do Bananal. Foto: Walter Sanchez, 1986

Os Karajá, tanto os de Buridina de Aruanã, quanto os da Ilha do Bananal, sejam influenciados pela cultura não indígena ou não, ainda guardam com fidelidade as riquezas ímpares dos rituais dos indígenas brasileiros. Esses Karajá são um símbolo da força e determinação que perduram ao tempo e ao progresso sem deixar morrer suas origens. Uma das grandes riquezas da cultura desse povo é a festa de Hetohoky, que representa a passagem da infância para a vida adulta dos meninos da comunidade.



Figura 15 - Índia sendo preparada para ritual.
Fonte: Claudia Andujar, 2007.

A pintura corporal é algo de grande significância para o grupo. Na puberdade, os jovens de ambos os sexos se submetiam à aplicação do omarura, dois círculos tatuados nas faces onde a mistura da tinta do jenipapo com a fuligem do carvão era aplicada sobre a face

sangrada pelo dente do peixe-cachorra. Hoje, devido ao preconceito da população das cidades ribeirinhas, os jovens apenas desenham os dois círculos na época dos rituais.

Assim, a pintura corporal, realizada pelas mulheres, processa-se diferentemente nos homens, de acordo com as categorias de idade, sendo utilizado o sumo do jenipapo, a fuligem de carvão e o urucum. Alguns dos padrões mais comuns são as listas e faixas pretas nas pernas e nos braços. As mãos, os pés e as faces recebem pequeno número de padrões representativos da natureza, de modo especial, a fauna.

Os dois círculos tatuados nas maçãs do rosto, o “Omarura” dão identidade ao povo Karajá. As pinturas em negro e vermelho desenharam no corpo as formas da natureza, dos peixes e cobras.



Figura 16 - Índia Karajá - Ritual de Iniciação
Fonte: Fladimir Kozak - Museu paranaense s/d.

Com as idades de 13 e 10 anos os Karajá são iniciados pelos homens adultos da aldeia na maioridade. Cores, ritmos e sons atraem a multidão que acompanha com respeito todos os

rituais. Cada detalhe das roupas, dos ritmos, dos cânticos tem um significado para suas existências. As penas coloridas dos cocós, saíotes de palha de buriti e as pinturas extraídas do urucum e jenipapo pelo corpo e rosto representam a alegria dessa manifestação comunitária.



Figura 17 - Iniciação Masculina - Hetohoky
 Fonte: Fladimir Kozak - Museu paranaense s/d.

No ritual de iniciação masculina, conhecido como Hetohoky ou Casa Grande, os homens também se dividem em homens de cima, homens de baixo e homens do meio e, na disposição espacial das casas rituais, igualmente tem-se a casa pequena (rio abaixo), a casa grande (rio acima) e casa de Aruanã, que fica sempre no meio destas. Portanto, a localização das aldeias Karajá possui uma razão de ser nesse ou naquele local com relação ao Araguaia, assim como a disposição das casas de moradia, dos cemitérios, das casas rituais, segundo um simbolismo próprio à cultura Karajá¹⁴. (LIMA FILHO, 2004).

¹⁴ As referências sobre os Karajá somam aproximadamente 900 títulos (860 dos quais constam na conhecida Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, de Herbert Baldus), uma vez que, devido à facilidade de navegação do rio Araguaia no tempo das cheias, foram muito visitados por jornalistas, viajantes, missões, agências governamentais, fotógrafos e pesquisadores.

Evocar os espíritos da natureza durante os rituais é motivo de orgulho para os membros masculinos da aldeia. Manifestações como as danças da ariranha e aruanã são apresentadas durante o Hetohoky.

Mas a iniciação não termina aí. Eles ficam ainda por um período de uma semana presos numa casa de nome Hetohoky onde não podem sair e nem receber visitas nem de mulheres e crianças. De lá só saem para tomar banho e, ainda assim, acompanhados e vigiados. Só alcançam de fato a maioridade após dois anos de diversos rituais (FÉNELON COSTA, op. cit. 1968).

4.6 Festividades, Mitos, Rituais e Identidade, Sobrevivência da Cultura Karajá



Figura 18 - Cacique Karajá Watau - Aldeia de Santa Isabel do Morro
Fonte: Museu do Índio s/d – acesso em 7/12/2011

Os estudos históricos informam que os Karajá estiveram sempre com disputas com outros povos indígenas, como os Kayapó, os Tapirapé, os Xavantes, os Xerentes, os Ava - Canoeiro e, esporadicamente com os Bororo e os Apinayé, no intuito de salvaguardar o seu território. Como resultado desse contato, houve a troca de práticas culturais, entre os Karajá, os Tapirapé e os Xikrin (Kaiapó) (MOURA, 2006, p.138).



Figura 19 - Nascimento de uma Criança
Fonte: Museu do Índio s/d- acesso em 7/12/2011

O nascimento de uma criança entre os Karajá é marcado socialmente pela regra da tecnonímia¹⁵, isto é, quando os pais deixam de ser chamados pelos nomes próprios e passam a ser conhecidos como o pai ou a mãe de ego (aquele que nasceu). No caso do homem, o novo pai passa para outra categoria masculina (LIMA FILHO, 1991).

¹⁵ A tecnonímia é a parte da onomástica aplicada ao estudo e à etimologia dos *tecnônimos*, aquelas palavras, sintagmas, expressões ou frases do universo da Técnica e da Tecnologia, frutos da Comunicologia, nascidos depois da revolução científico-tecnológica. www.dicio.com.br/teconimia/ Acesso em 12/12/211.



Figura 20 - Ceramista Karajá

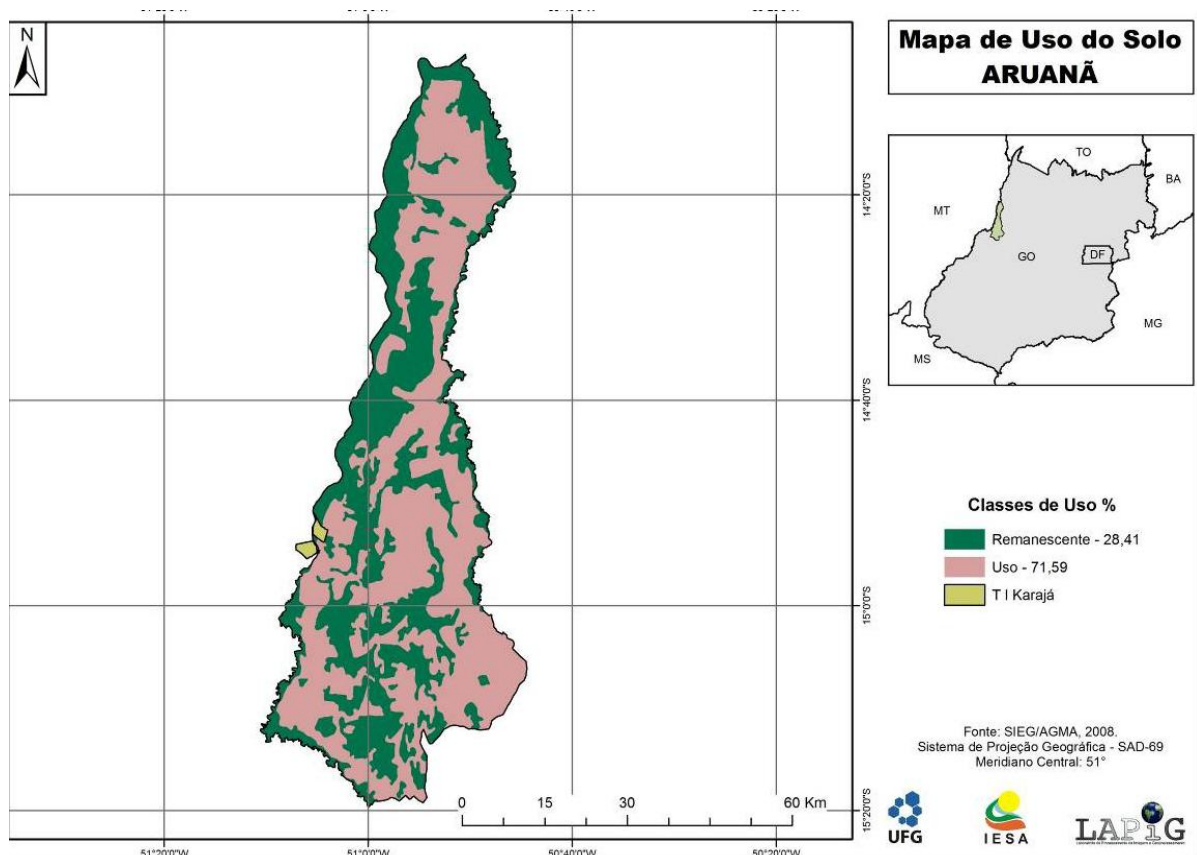
Fonte: Museu do Índio s/d- acesso em 7/12/2011

De acordo com os textos históricos houve duas frentes de contato com a sociedade nacional. A primeira é representada pelas missões jesuítas da Província do Pará, assinalando a presença do Padre Tomé Ribeiro em 1658, que se encontrou com os Karajá do baixo Araguaia, provavelmente os Xambioá (ou os Karajá do Norte, como preferem ser chamados). A segunda frente de contato está relacionada com as bandeiras paulistas rumo ao Centro-Oeste e Norte do Brasil, como a expedição de Antônio Pires de Campos, que se estima ter ocorrido entre os anos de 1718 a 1746.

A partir dessas, várias outras expedições provavelmente aconteceram em visita aos índios Karajá, ao longo dos anos, e esses foram obrigados a manter um contato constante com a sociedade branca. Suas aldeias foram alvos fáceis de inúmeras missões religiosas, planos governamentais, visitas de presidentes da República como Getúlio Vargas (1940) e Juscelino Kubistchek (1960), construção de um hotel de turismo luxuoso e inúmeras visitas de pesquisadores, escritores e jornalistas que retornavam as suas cidades com objetos culturais, como artefatos plumários, remos e as características bonecas de barro feitas pelas mulheres, como é o caso do etnógrafo alemão Fritz Krause (1908), do etnógrafo norteamericano William Lipkind (1938), do escritor José Mauro de Vasconcelos (década de 60) e dos governadores de Goiás, Henrique Santillo (1988) e do Tocantins, Siqueira Campos (1989)

Desse modo, o processo de contato permanente dos Karajá com a sociedade nacional fez com que eles adotassem bens culturais da sociedade envolvente (alimentação, língua, hábitos, ensino, religião entre outros). A complexidade cultural do grupo é invisível aos olhos dos brancos quando, num primeiro momento, se deparam com as marcas do sofrimento impostas pelo contato: a tuberculose, o alcoolismo e a subnutrição, que aumentam a discriminação dos regionais e da população urbana. Entretanto, os Karajá demonstram força de resistência, ao manter suas principais categorias culturais que os habilitam a negociar este mesmo contato e ao fazer permanecer viva a sua organização cultural e social, a sua identidade indígena, sem abrir mão da cidadania brasileira, participando inclusive como vereadores de cidades ribeirinhas (LIMA FILHO, 1991).

O mapa de cobertura do solo em Aruanã (exemplificado pelo mapa 4) mostra que na atualidade o percentual de remanescente da vegetação original não chega a 30%.



Mapa 9 – Mapa de cobertura do solo em Aruanã - GO
Fonte: SIEG/AGM, Sistema de Projeção Geográfica, UFG, 2009.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa) só na segunda metade do século XX que a população Karajá volta a crescer. Esse crescimento verificado, especialmente, nas últimas 2 décadas é fato também notado entre vários outros grupos indígenas do Tocantins e do Brasil.

Os povos Karajá travaram sempre grandes disputas com outros povos indígenas, como os Kayapó, os Tapirapé e os Xavantes, Xetente, os Avá Canoeiro e esporadicamente, com os Bororos e os Apynaé, no intuito de salvaguardar o seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que foram apresentadas nesta dissertação objetivaram por meio da pesquisa, análise dos dados e informações coletadas, traçar uma linha de argumentação habilitada a caracterizar e debater a respeito da trajetória dos Karajá desde os primeiros contatos que se têm registros até os dias atuais. E, percebeu-se nessa pesquisa, que a vida desses primeiros habitantes do Araguaia segue uma lógica de certa forma semelhante à de inúmeros povos indígenas deste país que com muitas dificuldades, exclusões e sofrimento ainda sobrevive.

Uma contribuição também muito importante, e que foi guisa de melhor entendimento desta temática, foi o estudo do pesquisador LIMA FILHO (1998, 1990) ao mostrar as situações vividas e existentes entre os povos indígenas do nordeste brasileiro e os processos de “etnogênese”, foi um *flashback* entender melhor os acontecimentos ocorridos entre os Karajá de objeto de pesquisa e eixo temático deste trabalho.

Em relação aos mitos, os Karajá têm um conjunto de crenças e valores espirituais que se expressam por uma série de ritos que funcionam como o principal ordenador social e econômico do grupo e de entendimento do ser no mundo (DONAHUE, 1986; TORAL, 1992).

Dentre muitos outros problemas enfrentados pelos Karajá vivendo tão próximo com a sociedade urbana é o desmatamento, que é tão intenso em Aruanã que já avançou, em várias propriedades rurais, sobre as áreas protegidas por lei (Área de Preservação Permanente - APPs). Cerca de ¼ dessas áreas no município já foram destruídas e, segundo Valente, avança sobre as Florestas de Galeria. Em 2008 as APPs somavam 51,646 ha (margem de rios, córregos e nascentes, dunas, serras e morros) correspondentes as fitofisionomias, Cerrado, Campo Cerrado e Floresta de Galeria. As áreas de reserva Legal somavam 59.056 ha.

Assim, entre 2000 e 2008 foram desmatados no município, 29.162 ha de vegetação nativa do Cerrado que correspondem as fisionomias: Campo Cerrado, Cerradão, Cerrado e Floresta de Galeria.

Apenas a área destinada à pecuária em Aruanã corresponde a mais de 70% do total do município. Diante desses dados é possível considerar que em Aruanã a grande alavanca do desmatamento e da destruição da biodiversidade constitui-se a atividade pecuária.

Valente (2008) falando sobre os recursos hídricos ele afirma que, do total de 570 lagos classificados como perenes e intermitentes, no município, 237 secam completamente no mês agosto, ou seja, 41,6% tornaram-se intermitentes nos últimos oito anos em função do avanço do desmatamento em suas margens. Para Valente (2008) não há dúvida de que a perda dos lagos é resultado da ação intensa do desmatamento e do não respeito ao mínimo exigido pela legislação, como o caso das APPs.

Portanto, com a escassez de água fica muito difícil para a nação Karajá de Buridina “povo das águas” sobreviver a falta de peixes, frutos e raízes e até mesmo a continuidades de suas tradições.

Diante do exposto, reforça-se aqui, um problema que foi levantado no início desta pesquisa: o desenvolvimento pelo qual o Brasil passou nestes quinhentos anos, foram benéficos ou desastrosos para os primeiros habitantes e donos destas terras?

De modo que, com base nos mitos trabalhados nesta pesquisa, “A Origem do Mundo Karajá”, “O Peixe Aruanã” “Os Karajá do Fundo” “A Estrela D’alva” e outros apenas estudados como fonte de pesquisa, foram de grande valia para um melhor entendimento, uma espécie de feedback para melhor compreensão da rica cultura Karajá.

A adaptação ao ambiente foi desenvolvida pelos Karajá na relação com seu território tradicional, o Cerrado, ao longo de vários séculos. O surgimento da cidade sobre o território indígena os inseriu no *ethos* urbano. É aí, nestes territórios superpostos que (co) existem cultura indígena e não indígena numa relação marcada por diferentes interesses de uso e apropriação do território. É nesta dinâmica que os Karajá vão construindo sua existência desenvolvendo mecanismos tanto de resistência, quanto de adaptabilidade, gerada pela situação de contato, no Domínio do Cerrado, às margens do Araguaia.

No entendimento de Sahlins (1997) o funcionamento da cultura é igual a uma síntese clara e evidente capaz de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. Como também, toda mudança é reprodução cultural. Portanto, essa é uma “leitura apropriada” para melhor entendimento a respeito da história dos Karajá de Buridina por focalizar uma perspectiva dinâmica que não compartimentalizar o tempo cronológico (passado e presente como momentos que podem ser destoantes) com a realidade que foi exposta nesta pesquisa. A partir da mobilidade da “estrutura conjuntura” esse autor conclui que as culturas diferentes possuem historicidades diferentes.

Atualmente, mesmo que de maneira reduzida, as atividades tradicionais de caça, pesca, coleta e agricultura ainda são mantidas pelo grupo que ao serem associadas às atividades de venda de artesanato e peixes e a prestação de serviços respondem pelo sustento da maior parte das famílias Karajá.

Além dos problemas que os Karajá tiveram no decorrer de sua história até aqui, (*op.cit.*) existem outras demandas geradoras de cobiças e conflitos. A valorização das terras gerada pela demanda dos fazendeiros, e agregação de valor à terra pelos pecuaristas, o desenvolvimento econômico como possibilidade de mais impostos e renda para a região, as ações políticas do Estado para promover a paisagem do rio Araguaia como cenário de lazer dentre outros.

Desse modo, desmatamento gerado nas fazendas para produção das pastagens destinadas a criação de gado bovino aliado a perda, o cultivo da soja também é um grande complicador no relacionamento conflituoso entre os índios e os senhores de terra, que remete o Brasil aos primeiros séculos de massacre e aniquilamento das populações indígenas.

Espera-se com esta pesquisa ter contribuído para maiores informações, divulgação e pesquisa sobre esta temática, tão importante para o real desenvolvimento da nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre os sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.) **Tantos Cerrados**. Vieira, Goiânia: 2005, p. 321-347.

_____. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed., Contexto, São Paulo: 2003.

ATAÍDES, Jézus, et al. **Patrimônio Histórico – Cultural Hidrelétrica Corumbá, GO**. Relatório das viagens Bandeirantes.

ARTIAGA, Zoroastro. **Canoeiros**. In: Índios de Goiás. Uberaba Triangulo, 1941.

AZAMBUJA, Elizete Beatriz. **O índio Karajá no imaginário do povo de Luciara - MT**. Campinas: Unicamp, 2000. 144 p. (Dissertação de Mestrado)

BALDUS, Herbert. Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos índios. **Rev. do Museu Paulista**, Museu Paulista, São Paulo: v. 2, n.s., 1948, p. 137-68.

_____. A mudança de cultura entre os índios do Brasil. In: -----, **Ensaio de etnologia brasileira**. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 160-86. (Brasiliana, 101).

_____. Mitologia Karajá e Tereno. In: -----, **Ensaio de etnologia brasileira**. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 108-59. (Brasiliana, 101)

BARBOSA, Altair Sales. TEIXEIRA NETO, Antônio GOMES, Horieste. **Geografia: Goiás - Tocantins**. Goiânia: UFG, 2005.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação indígena no sistema biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. V. 1. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

_____. **Andarilhos da Claridade: Os primeiros habitantes do Cerrado**. Goiânia: Ed. UCG, 2002.

BONILA JACOBS, Lydie Oiara. **Reproduzindo-se no mundo dos brancos: estruturas Karajá em porto Txuiri (Ilha do Bananal, Tocantins)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000. (Dissertação de Mestrado)

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BRAGA, André Garcia. **Textos Karajá**. Goiânia: UFGO, (Textos Indígenas, Série Cultura). 1998. 51 p.

_____. **A demarcação de terras indígenas como processo de reafirmação étnica: o caso dos Karajá de Aruanã.** Brasília: UnB/DAN, 2002. (Monografia de Graduação).

CEZAR, Otto. **A Nação Brasileira: vários entendimentos.** 2. ed.. Editora de Brasília, Brasília, DF, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** Ática, São Paulo, 1997.

CONSELHO INGIGENISTA MISSIONÁRIO. Manifesto da Comissão PIMENTEL Maria do Socorro. **A educação na revitalização da língua e da cultura Karajá.** Brasília, 2005.

COTA, A. P. **Manejo de fragmentos florestais para conservação da biodiversidade.** 1998.

_____. **A contribution to the ethnography of the Karajá indians of Central Brazil.** Tese (Doutorado) apresentada à Universidade de Virgínia (EUA), 1986.

FUNARI, Pedro Paulo.; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil.** Editora Contexto, São Paulo, 2006.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed., Rio de Janeiro: 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000.** 2005.

ISKANDAR, Jamil Ibraim. **Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos.** 3. ed., Editora Juruá, Curitiba: 2008.

LIMA, A. C. de S. Indigenismo e geopolítica: projetos militares para os índios no Brasil. In: OLIVERIA, J. P. de. **Projeto Calha Norte.** Militares, índios e fronteiras. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 60-86. (Série “Antropologia e Indigenismo”, n.1).

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Hetohoky: um rito Karajá.** Goiânia: Editora da UCG, 1994. v. 1. 183p

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Os filhos do Araguaia. Reflexões etnográficas sobre o Hetohok Karajá, um rito de iniciação masculina.** Dissertação de Mestrado, Brasília – DF., Setembro, 1991.

LIMA FILHO, M. F. A 1999. Contribuição da Etnografia Karajá aos estudos do Gênero. Cadernos de Área - Estudos de Gênero 9: 83-102. Goiânia.

OLIVEIRA, João P. e FREIRE, Carlos A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, 272 p.

PEDROSO, Dulce. **História de Goiás: Índios de Goiás.** Editora UFG, Goiás, 1997.

RAMALHO, Jair Pereira. PAPAIS, Regina Maria. **Pesquisas antropométricas em brasilíndios: o diâmetro bizigomático e altura morfológica da face nos Karajá - coeficiente de correlação.** Arquivos do Instituto Benjamin Baptista, Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Baptista, v. 15, p. 453-9, 1972.

RAMALHO, Jair Pereira. **Pesquisas antropológicas nos índios do Brasil: a cefalometria nos Kayapó e Karajá.** Rio de Janeiro: Fed. das Escolas Federais Isoladas, 1971. 314 p. (Tese para Concurso Prof. Titular de Anatomia).

RAMOS, Alcida Ramos. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Ática, 1986.

Revista **Mosaico**, v.1, n.2, p.123-132, jul./dez., 2008.

RIBEIRO, Darcy. 1970. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. **(ATR) vowel harmony and palatalization in Karaja.** Santa Bárbara Papers in Linguistics, Santa Bárbara: UCSB, v. 10, 2000.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os Índios.** Editora UFG, Goiânia, 1998.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **O povo do Meio: tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da ilha do Bananal.** Brasília: UnB, 1993. 438 p. (Tese de Doutorado).

ROOSEVEL, A. N. 1989. **Resource Management in Amazonia Before the Conquest: Beyond Ethnographic Projection.** New York: American Museum Of Natural History (Advances in Economic Botany 7). 48.

SÁ, Cristina. Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). **Habitações indígenas.** São Paulo: Nobel; Edusp, 1983. p. 103-46.

SANTOS, R. V.; PEREIRA, N. O. M. **Os indígenas nos censos nacionais no Brasil.** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ), 21 (6): 1626-1627. 2005.

SANTOS, Rosirene R. dos. **A Estética Karajá e a Ótica Ocidental.** São Paulo, USP, (Dissertação de Mestrado) 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª Ed. Editora Cortez, São Paulo, 2002.

SILVA, Menezes. **Normas da ABNT para Trabalho Científico**. Ed. Cortez, São Paulo, 2001.

SILVA, M. S. P.; ROCHA, L. M. **Linguagem especializada Mitologia Karajá**, Editora UCG, Goiânia, 2006.

SILVA Maria do Socorro Pimentel da. **A função social do mito na cultura Karajá**, São Paulo PUC, (Tese de Doutorado) 2001.

_____. **Reflexões Sócio Linguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas**, Editora UFG, Goiás, 2009.

SILVA Maria do Socorro Pimentel da. **A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura**. Brasília: Funai/Dedoc, 2001. 143 p. Originalmente Dissertação de Mestrado/UFGO.

_____. **A função social do mito na revitalização cultural da língua Karajá**. São Paulo: PUC, 2001. 242 p. (Tese de Doutorado).

SIMÕES, Mário Ferreira. **Cerâmica Karajá e outras notas etnográficas**. Goiânia: UCG-IGPHA, 1992.

TAVEIRA, Edna, L de Melo. 1982. **Etonografia da Cesta Karajá**. Goiânia: Editora da UFG.

TORAL, André Amaral de. **Cosmologia e sociedade karajá**. Rio de Janeiro UERJ – Museu Nacional, (Dissertação de Mestrado). 1992.

<http://PIB.socioambiental.org/PT/povo/karaja/print> acesso em 12/12/2011.

<http://missaonovastribosdobrasil.com.br>. Acesso em 07/12/2011.

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/tribos-indigenas-brasileiras/karaja.php>. Acesso em 10/08/2012.